

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Lojas Renner S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima com sede na Av. Joaquim Porto Villanova, 401, cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3 S.A.- Brasil, Bolsa e Balcão": LREN3).

A Lojas Renner S.A. e suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto ("Companhia" ou "Consolidado"), tem como principais negócios:

- a) Comércio varejista de artigos de vestuário e esportes, calçados, acessórios e perfumaria;
- b) Comércio varejista de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração;
- c) Concessão de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e a prática de operações ativas e passivas inerentes às companhias de crédito como cartão bandeira, dentre outros.

2 DESTAQUES

A Administração destaca abaixo alguns assuntos importantes nesta divulgação:

2.1 ATIVOS CONTINGENTES - ICMS NA BASE DE CÁLCULO DE PIS E COFINS

Decisão judicial do TRF4 favorável, ainda não definitiva, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Estimativa do potencial crédito (nota explicativa nº 23.6).

2.2 NOVAS NORMAS

O CPC 06/IFRS 16 Arrendamento estará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A Administração da Companhia concluiu a sua avaliação dos impactos da adoção inicial e descreve a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento a partir da sua vigência na nota explicativa nº 5.2.1.

O CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros foram adotados pela primeira vez para a Companhia. A aplicação dessa nova norma e os respectivos impactos estão divulgados na nota explicativa nº 5.1.

2.3 CONTINUIDADE DO PLANO DE EXPANSÃO

Dando continuidade ao nosso plano de expansão internacional, conforme Comunicado ao Mercado realizado em 28 de janeiro de 2019, constituímos nova subsidiária na Argentina (nota explicativa nº 3.7.1 e 14.2).

2.4 CARGA TRIBUTÁRIA – DVA

Apresentamos as informações contidas em nossa DVA – Demonstração do Valor Adicionado, destacando a participação da nossa carga tributária em relação a riqueza gerada pela Companhia (nota explicativa nº 4).

3 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**3.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 7 de fevereiro de 2019.

3.2 DECLARAÇÃO DE RELEVÂNCIA

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3 RECLASSIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

A Companhia realizou reclassificação na apresentação dos saldos das Demonstrações dos Resultados relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados com a finalidade de comparação, nos montantes de R\$ 286.623, R\$ 44.717 e R\$ 11.424 na Controladora e R\$ 314.169, R\$ 48.030 e R\$ 12.215 no Consolidado relacionados a melhor divulgação, respectivamente, das despesas de depreciação e amortização, das despesas tributárias e das despesas com remuneração de administradores, anteriormente apresentadas como "Outros resultados operacionais". A Administração da Companhia entende que essa reclassificação reflete a melhor informação para o acompanhamento dos seus resultados. A reclassificação não alterou o resultado e não apresentou qualquer alteração nos Balanços Patrimoniais, nas Demonstrações dos Resultados Abrangentes, nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e nos Fluxos de Caixa da Companhia.

3.4 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram mensuradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto em relação a determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos (nota explicativa nº 24.3).

3.5 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos e de passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Além do atendimento às normas e regras contábeis vigentes, a Administração entende que a adoção das estimativas contábeis críticas são essenciais para a produção da melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial no encerramento de cada exercício, ainda que sobre estas, temporariamente, não se possa ter precisão, dado o caráter de subjetividade e complexidade envolvidos.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são:

- i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 23);
- ii) Perdas estimadas em crédito (nota explicativa nº 8.3);
- iii) Perdas estimadas em estoques (nota explicativa nº 10.1);
- iv) Taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente (notas explicativas nº 8.1 e 10.1);
- v) Determinação dos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos e das opções de compra de ações (notas explicativas nº 24.1 e nº 30.6);
- vi) Determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível (nota explicativa nº 15.1);
- vii) Avaliação de *impairment* de ativos intangíveis com vida útil indeterminada (nota explicativa nº 16.1); e
- viii) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa 13.4).

3.7 POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas e resumidas nas notas explicativas da respectiva rubrica, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados para a Controladora e suas subsidiárias.

3.7.1 Consolidação

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras das controladas encerradas na mesma data base.

Conforme estabelecido pela instrução CVM nº 408/04, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do FIDC Lojas Renner, uma vez que este representa uma entidade de propósito específico onde as atividades são conduzidas substancialmente

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em função das necessidades operacionais da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas. No processo de consolidação do FIDC Lojas Renner, foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o Fundo.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes empresas:

	País	Moeda	Participação direta e indireta	
			31/12/2018	31/12/2017
Controladas diretas				
Dromegon Participações Ltda. ("Dromegon")	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("RACC")	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado")	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. ("Youcom")	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd. ("LRS")	China	RMB	100,0%	100,0%
Lojas Renner Uruguay S.A. ("LRU")	Uruguai	UYU	100,0%	100,0%
Lojas Renner Argentina S.A.U. ("LRA")	Argentina	ARS	100,0%	-
Realize Participações S.A.	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
Controladas indiretas				
Realize Crédito Financiamento e Investimento S.A. ("Realize CFI")	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
Entidade de Propósito Específico (EPE)				
(*) Fundo em Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC Lojas Renner")	Brasil	BRL	40,7%	33,0%

(*) Refere-se ao percentual de participação da quota subordinada (vide nota explicativa nº 9).

3.7.1.1 Dromegon

A Dromegon detém a propriedade de alguns dos imóveis utilizados nas operações comerciais da Companhia e suas receitas se limitam ao aluguel destes imóveis.

3.7.1.2 RACC

A RACC tem como atividade a prestação de serviços de intermediação de serviços financeiros, via execução de contrato de correspondente bancário do produto de empréstimo pessoal, mediante contrato de convênio para concessão de empréstimos junto a instituições financeiras.

3.7.1.3 Camicado

A Camicado tem como atividade o varejo de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração.

3.7.1.4 Youcom

A Youcom tem como atividade o comércio varejista especializado em artigos de vestuário, calçados e acessórios.

3.7.1.5 LRS

A LRS tem como atividade desempenhar as funções de compras, controle de qualidade e desenvolvimento de amostras, e ser um veículo de aproximação com parceiros comerciais e de apoio para a prospecção de novos fornecedores estrangeiros.

3.7.1.6 LRU

A LRU tem como atividade o comércio varejista especializado em artigos de vestuário, esportes e calçados, perfumaria, cosméticos, relógios e artigos de esportes.

3.7.1.7 LRA

A LRA terá como atividade o comércio varejista especializado em artigos de vestuário, esportes e calçados, perfumaria, cosméticos, relógios e artigos de esportes. Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, a LRA encontrava-se em fase pré-operacional.

3.7.1.8 Realize Participações S.A.

A Realize Participações S.A. tem como atividade a participação societária em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7.1.9 Realize CFI

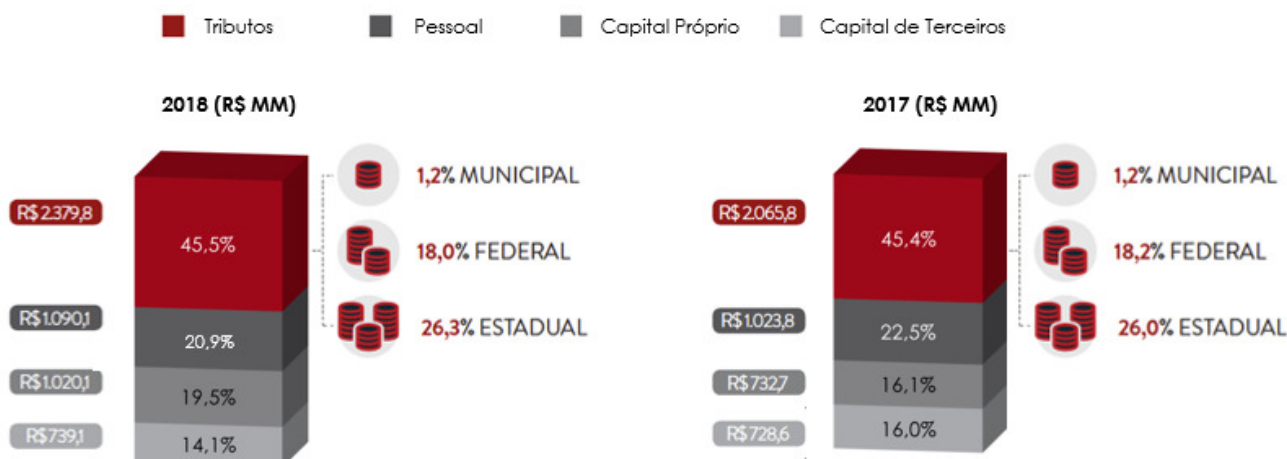
A Realize CFI tem como atividade a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às companhias de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração requerida pelo IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis que servem de base de preparação para as demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Demonstramos abaixo a distribuição das riquezas geradas pela Companhia, na visão do Consolidado, no montante do valor adicionado de R\$ 5.229.192 (R\$ 4.551.366 em 31 de dezembro de 2017):



5 NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES

5.1 NORMAS VIGENTES EM 2018

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros foram aplicados.

5.1.1 CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

A Companhia tem como principais receitas a venda de mercadorias e produtos e serviços financeiros. Conforme avaliação efetuada no exercício anterior nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, a Companhia não identificou alterações no reconhecimento atual das suas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega do produto (mercadorias e produtos e serviços financeiros). Portanto, no exercício de 2018, a Companhia não apresentou impactos e alterações no reconhecimento da receita.

5.1.2 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A norma CPC 48/IFRS 9 substituiu a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma CPC 38/ IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e como resultado da adoção inicial, as principais alterações foram:

- Classificação e mensuração dos ativos financeiros;
- Redução ao valor recuperável (substituição do modelo de "perdas incorridas" por um modelo de "perdas em crédito esperadas"); e
- Contabilidade de hedge.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.

RENNER CAMBIO YOUCOM realize

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.1.2.1 Classificação e Mensuração dos Ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensuradas ao custo amortizado, valor justo dos outros resultados abrangentes e valor justo. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

Para os instrumentos financeiros derivativos, a adoção desta norma não apresentou alterações nas políticas contábeis da Companhia.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável e as novas classificações:

Controladora

Ativos financeiros	Classificação original CPC 38/IAS 39	Nova classificação CPC 48/IFRS 9	Valor contábil em 31/12/2017	Valor contábil em 01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa (i)	Empréstimos e recebíveis	Valor justo (VJR)	981.014	981.014
Contas a receber de clientes (ii)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.131.448	1.114.065
FIDC Lojas Renner (iii)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	182.000	182.000
Instrumentos financeiros derivativos	VJORA (<i>hedge accounting</i>)	VJORA (<i>hedge accounting</i>)	5.822	5.822
Total			2.300.284	2.282.901

Consolidado

Ativos financeiros	Classificação original CPC 38/IAS 39	Nova classificação CPC 48/IFRS 9	Valor contábil em 31/12/2017	Valor contábil em 01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa (i)	Empréstimos e recebíveis	Valor justo (VJR)	1.059.873	1.059.873
Aplicações financeiras (i)	Disponível para venda	Valor justo (VJR)	50.782	50.782
Aplicações financeiras	Designados a valor justo	Valor justo (VJR)	31.578	31.578
Contas a receber de clientes (ii)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	2.644.258	2.610.726
Instrumentos financeiros derivativos	VJORA (<i>hedge accounting</i>)	VJORA (<i>hedge accounting</i>)	6.917	6.917
Total			3.793.408	3.759.876

- (i) Para o saldo de caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras classificadas (anteriormente) como disponível para venda, a Administração da Companhia optou de forma irrevogável pela classificação como valor justo por meio do resultado.
- (ii) No contas a receber de clientes, em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidas perdas esperadas no montante de R\$ 17.383 na Controladora e R\$ 33.532 no Consolidado.
- (iii) A Administração da Companhia entende que a classificação custo amortizado melhor representa o modelo de negócio e gerenciamento de risco do "FIDC (quota subordinada)". A quota subordinada do FIDC consiste em fluxos contratuais em pagamentos de principal e juros. Adicionalmente, a Companhia avaliou não ser aplicável a constituição de perdas estimadas para as quotas do FIDC da Lojas Renner dado o histórico de performance dos recebíveis alocados no fundo, o nível de rentabilidade desses ativos frente a remuneração das quotas seniors e a alocação dos excedentes de caixa predominantemente em Letras Financeiras do Tesouro Nacional. Dessa forma, a Companhia não espera incorrer em perdas até a liquidação do fundo prevista para maio de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia as classificações atuais representam o melhor modelo de negócio e gestão dos ativos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.1.2.2 Redução ao valor recuperável "modelo de perdas em crédito esperadas"

O CPC 48/IFRS 9 exige que a Administração da Companhia realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. A Companhia aplicou a abordagem simplificada e registrou as perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros do contas a receber de clientes. Demonstramos maiores detalhes na tabela abaixo:

	Saldo em 31/12/2017	Ajustes da Adoção Inicial	Saldo em 01/01/2018
Perdas esperadas contas a receber de clientes			
Cartão Renner	53.064	16.569	69.633
Empréstimo Pessoal	11.470	814	12.284
Total - Controladora	64.534	17.383	81.917
Empréstimo Pessoal	101	202	303
Meu Cartão	145.545	15.947	161.492
Total - Consolidado	210.180	33.532	243.712

5.1.2.3 Contabilidade de hedge

A Companhia avaliou e adotou o novo modelo de contabilidade de hedge de acordo com a IFRS 9/CPC 48 e determinou que todas as relações de hedge existentes designadas como relações de hedge eficazes, continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de hedge de acordo com a IFRS 9/CPC 48. A aplicação dos requisitos de hedge da IFRS 9/CPC 48 não apresentou impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018.

5.1.2.4 Resumo dos Impactos da Adoção do CPC 48/IFRS 9

Na tabela abaixo demonstramos o resumo dos impactos da adoção inicial e os respectivos efeitos nas posições patrimoniais em 1º de janeiro de 2018:

Em milhares de reais	Conforme apresentado em 31/12/2017	Ajustes da adoção CPC 48/ IFRS 9	Saldo de abertura ajustado em 01/01/2018
Contas a receber, líquido de perdas esperadas	2.644.258	(33.532)	2.610.726
(*) Imposto de renda e contribuição social diferidos	199.211	12.370	211.581
Ajuste de avaliação patrimonial (disponível para venda)	1	(1)	-
Lucros acumulados	-	21.162	21.162

(*) Alíquotas nominais ponderadas de 36,89%, fruto da combinação das alíquotas de 34% da Controladora e 40% da controlada Realize CFI.

5.2 INTERPRETAÇÕES VIGENTES A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2019

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2018:

5.2.1 IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Arrendamento

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

Durante o exercício de 2018, a Lojas Renner S.A. e suas subsidiárias avaliaram os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma CPC 06 (R2)/IFRS 16. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como:

- Levantamento dos contratos;
- Abordagem de transição;

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- iii) Mensuração do passivo inicial e ativo inicial; e
- iv) Impactos na adoção inicial.

Abaixo descrevemos a avaliação de cada etapa da adoção inicial da norma:

5.2.1.1 Levantamento dos contratos

A Administração realizou um inventário dos contratos e fez uma análise dos tipos de contratos que se enquadrariam no escopo do arrendamento e identificou as seguintes classificações de contrato:

5.2.1.1.1 Aluguel mínimo fixo

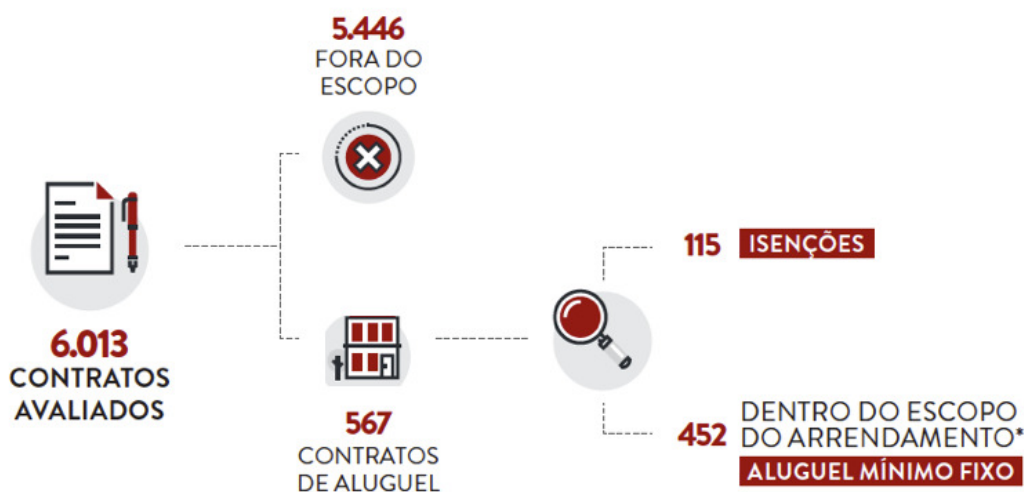
Contratos de aluguel que possuem um valor de aluguel mínimo fixo.

5.2.1.1.2 Isenções

Contratos de aluguel que estão dentro do escopo de isenções da norma, que são:

- i) Prazo de vigência menor do que um ano;
- ii) Contratos de baixo valor;
- iii) Contratos em que o valor do aluguel tenha como base valores variáveis;
- iv) Contratos de aluguel em que a Companhia não possui o controle do ativo; e
- v) Não possuem um prazo determinado.

Abaixo demonstramos a composição da análise dos contratos:



**se referem às locações de lojas e contratos administrativos (escritórios e centros de distribuição)*

5.2.1.2 Abordagem de transição

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada, em função dos seguintes fatores:

- i) Não exige a reapresentação de valores;
- ii) Não impacta patrimônio líquido e o cálculo de distribuição dos juros sobre o capital próprio; e
- iii) Possibilita a utilização de expedientes práticos.

5.2.1.3 Mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso

Dos contratos que foram escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. Em 1º de janeiro de 2019, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com a política interna da Companhia, cujo prazo ocorre normalmente um ano antes do vencimento do contrato quando identificamos a "razoável certeza" da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa real de desconto. A taxa real de desconto corresponde às cotações de mercado (referência em % CDI acumulado em 1º

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de janeiro de 2019, líquido da inflação de 2018) para captações com montantes que representam o total de investimentos para abertura de novas lojas, considerando o prazo remanescente de cada safra de contratos. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto real única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes.

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A Administração da Companhia optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, com isso mantendo o mesmo valor do passivo inicial de arrendamento.

5.2.1.4 Impactos na adoção inicial

Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. A Companhia espera com a adoção da norma CPC 06 (R2)/IFRS16 os seguintes impactos:



Em 1º de janeiro de 2019, a Administração da Companhia reconhecerá um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento ao valor presente de R\$ 1.719.658 na Controladora e R\$ 1.993.746 no Consolidado (nota explicativa nº 20).

5.2.2 ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não são esperados impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

6 GERENCIAMENTO DE RISCOS

No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados:

- Risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros);
- Risco de crédito (notas explicativas nº 7.4, 8.4 e 24.5);
- Risco de liquidez; e
- Gestão de capital.

O gerenciamento de riscos da Companhia é executado por uma estrutura multidisciplinar, possibilitando que a Diretoria avalie se a gestão do negócio está em linha com as políticas e diretrizes definidas pela Administração. Em abril de 2012, o Conselho de Administração da Companhia criou o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, que tem como objetivo identificar e monitorar os principais fatores de risco da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.1 RISCOS DE MERCADO

6.1.1 Risco cambial

O risco cambial é decorrente de operações comerciais atuais e futuras, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte americano e captação de empréstimos em moeda estrangeira.

A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia é a de proteger até 100% de suas importações via operações de *hedge*, compostas por contratos de compra a termo de moeda do tipo *Non-Deliverable Forward (NDF)* e o valor contratado de empréstimo em moeda estrangeira (Lei 4.131 Bacen) através de *swap* cambial. Para definição da cotação do dólar utilizada no cenário esperado, a Companhia segue projeções do mercado futuro "B3 S.A.- Brasil, Bolsa e Balcão" de acordo com a data base da próxima divulgação.

É importante destacar que a exposição líquida efetiva está relacionada preponderantemente à estimativa de fluxos de caixa futuros, para os quais há possibilidade de ajuste na composição de preços a serem praticados no varejo, como forma de compensar eventuais reflexos de custos por ocasião da ocorrência de cenários de valorização na cotação do dólar. Considere-se que, substancialmente, os resultados efetivos serão percebidos somente quando da liquidação dos pedidos de importação, empréstimos em moeda estrangeira e *swaps*.

Abaixo, demonstramos a exposição líquida e a análise de sensibilidade relacionada aos pedidos de importações de mercadorias, *swaps* e empréstimos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018:

			Consolidado			
			Valorização da moeda		Desvalorização da Moeda	
			Possível +25%	Remoto 50%	Possível 25%	Remoto 50%
			US\$ 1 = R\$	US\$ 1 = R\$	US\$ 1 = R\$	US\$ 1 = R\$
			4,8693	5,8431	2,9215	1,9477
Derivativos designados para <i>hedge accounting</i>						
			Nacional US\$ (Pagar) Receber	Provável US\$ 1 = R\$ 3,8954		
Objeto de <i>hedge</i>	Pedidos emitidos	(196.851)		1.676		
Instrumento de <i>hedge</i>	NDF	196.851		(1.676)		
Exposição Líquida de Pedidos de Importação			-	-	-	-
Derivativos não designados para <i>hedge accounting</i>						
Objeto	Empréstimo (Bacen 4.131)	(155.873)		9.393		
Instrumento	Swap	150.232		(8.783)		
Exposição Líquida Swap			(5.641)	610	(5.313)	12.456
Exposição Líquida Total / Efeito				610	(5.313)	12.456
(*) Impacto no resultado, líquido do imposto de renda e da contribuição social				372	(3.240)	7.597

(*) Alíquota nominal ponderada de imposto de renda e contribuição social é de 39,01%.

Em relação aos impactos do empréstimo e do *swap* contratado para proteção da exposição ao dólar nestes contratos, a exposição líquida demonstrada está relacionada ao custo fixo dos juros, impostos mais *Libor*, não cobertos pelo instrumento de proteção contratado.

6.1.2 Risco de taxa de juros

O risco referente às taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, financiamentos de operações de serviços financeiros, debêntures, empréstimos e *swap*. A política da Companhia é a de manter 100% de seus empréstimos no mercado de renda fixa, com captações remuneradas tanto a taxa de juros fixa, bem como atreladas ao CDI, a Selic, a TJLP e a *Libor* e, também, com variação de índices de inflação. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como, o curto prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa, garante à Companhia baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros.

A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e *hedge* natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus taxas vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, conforme requerido pela IN CVM nº 475/08, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI, Selic, TJLP e IPCA em 25% ou 50% superiores e inferiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI, Selic, TJLP e o IPCA para a próxima divulgação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.

RENNER CAMBIO YOU.COM realize

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de, respectivamente 6,43% a.a., 6,43% a.a., 7,03% a.a. e 3,42% a.a. As estimativas de CDI e SELIC têm como base projeções do mercado futuro B3 S.A e TJLP tem como base BNDES.

Abaixo, demonstramos a análise de sensibilidade do risco das taxas de juros em 31 de dezembro de 2018:

Instrumentos Financeiros	Risco	Consolidado					
		Saldo em 31/12/2018	Cenário Provável	Aumento dos Juros		Redução dos Juros	
				Possível (+) 25% - R\$	Remoto (+) 50% - R\$	Possível (-) 25% - R\$	Remoto (-) 50% - R\$
(*) Equivalentes de caixa	Baixa CDI	722.614	10.684	13.355	16.026	8.013	5.342
(*) Aplicações financeiras	Baixa CDI	439.693	6.611	8.264	9.917	4.958	3.306
Empréstimos, financ., debêntures e swap	Alta CDI e IPCA	(1.038.062)	(16.782)	(20.978)	(25.173)	(12.587)	(8.391)
Financiamentos de serviços financeiros	Alta CDI	(851.586)	(13.625)	(17.031)	(20.438)	(10.219)	(6.813)
Redução no resultado do exercício				(13.112)	(16.390)	(9.835)	(6.556)
(**) Impacto no resultado líquido do IR/CS				(8.532)	(10.665)	(6.400)	(4.266)

(*) Os rendimentos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras estão livres de PIS e COFINS.

(**) Alíquota nominal ponderada de imposto de renda e contribuição social é de 34,93%.

6.2 RISCO DE LIQUIDEZ

A Companhia tem adotado a gestão de suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo de caixa das operações de varejo, bem como no capital mínimo necessário para garantir as operações de crédito.

Os principais objetivos da Administração na gestão de um caixa mínimo estratégico são:

- Precaução para momentos de incerteza na economia;
- Garantir a execução da estratégia de investimentos e expansão da Companhia;
- Garantir a manutenção/expansão das operações de produtos financeiros em momentos de restrição de crédito;
- Garantir a amortização e serviços de dívidas; e
- Garantir a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos à Companhia apresentam espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis, não gerando risco de quebra desses limites ou cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia. A Companhia possui empréstimos com cláusulas contratuais que requerem a manutenção de indicadores financeiros tendo as debêntures como única operação dessa natureza. Abaixo a síntese dos índices financeiros (covenants) previstos, conforme documentos de oferta pública registrada na CVM:

Instrumento	Emissão	1º Indicador	2º Indicador
5ª emissão de debêntures	15/06/2012		
7ª emissão de debêntures	13/02/2017	$\frac{\text{Dívida Líquida Consolidada}}{\text{EBITDA}} \leq 3,0$	$\frac{\text{EBITDA}}{\text{Resultado Financeiro}} \geq 2,0$
8ª emissão de debêntures	04/07/2017		

A Companhia monitora estes índices periodicamente e tem confirmado o atendimento das premissas contratuais estabelecidas.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros do Consolidado:

	Saldo Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	até 3 meses	Entre 4 e 6 meses	Entre 7 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.038.062	1.087.854	73.545	270.608	402.199	323.621	17.881	-
Financiamentos - operações serviços financeiros	851.586	904.226	51.889	479.845	372.492	-	-	-
Arendamento mercantil financeiro	33.940	181.801	1.057	1.069	2.138	2.937	10.036	164.564
Fornecedores	955.834	960.801	955.859	4.615	327	-	-	-
Obrigações com administradoras de cartões	693.994	693.994	514.351	129.494	50.149	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	14.516	14.697	12.636	2.061	-	-	-	-
Total - Em 31 de dezembro de 2018	3.587.932	3.843.373	1.609.337	887.692	827.305	326.558	27.917	164.564
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.104.525	1.272.658	33.140	132.162	243.622	473.352	379.084	11.298
Financiamentos - operações serviços financeiros	697.505	794.613	108.659	39.306	34.088	612.560	-	-
Arendamento mercantil financeiro	68.786	221.977	4.301	4.139	8.396	11.604	30.156	163.381
Fornecedores	842.254	847.626	844.579	3.047	-	-	-	-
Obrigações com administradoras de cartões	524.581	524.581	384.538	101.460	38.583	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.137	3.187	2.310	875	2	-	-	-
Total - Em 31 de dezembro de 2017	3.240.788	3.664.642	1.377.527	280.989	324.691	1.097.516	409.240	174.679

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.

RENNER CAMADO YOUCOM realize

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O fluxo de caixa contratual inclui o principal mais os juros futuros estimados.

Adicionalmente, a agência de rating 'Standard & Poors' classificou o rating de crédito da Companhia como brAAA na categoria escala nacional (Brasil).

6.3 GESTÃO DE CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora os níveis de endividamento em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital. Em 31 de dezembro de 2018 apresenta a seguinte posição:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	(1.038.062)	(1.104.525)
Circulante	(710.804)	(379.553)
Não circulante	(327.258)	(724.972)
Financiamentos operacionais	(851.586)	(697.505)
Circulante	(712.558)	(127.396)
Não circulante	(139.028)	(570.109)
Endividamento bruto	(1.889.648)	(1.802.030)
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.384.364	1.142.233
Endividamento líquido	(505.284)	(659.797)
Patrimônio líquido	3.954.512	3.223.446
Índice de alavancagem financeira	12,78%	20,47%

O Endividamento líquido, incluindo os financiamentos operacionais, reflete a exposição total da Companhia das obrigações contraídas junto ao sistema financeiro e, também, reflete as decisões de gestão de capital.

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata e o saldo de rendimentos de aplicações no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner (quota subordinada Controladora), registradas em montantes similares aos valores de mercado. Os equivalentes de caixa são mensurados a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aplicações que não possuem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, apenas no mercado secundário (balcão). As aplicações financeiras são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

7.2 COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Indexador	Taxa média ponderada a.a.	Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos			166.478	152.385	222.057	215.792
Equivalentes de caixa						
CDB	CDI	101,9%	331.994	340.175	453.545	360.280
Fundos de investimento	CDI	100,2%	249.113	258.518	249.113	258.518
Compromissadas em debêntures	CDI	78,0%	-	172.682	7	183.970
Aplicação automática	CDI	10,0%	19.328	27.161	19.786	37.848
Rendimentos FIDC curto prazo	CDI	-	109.226	29.974	-	3.346
Fundo - BACEN Jud	CDI	51,2%	163	119	163	119
Total			876.302	981.014	944.671	1.059.873

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.

RENNER CAMADO YOUCOM realize

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.3 COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Indexador	Taxa média ponderada a.a.	Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	SELIC	100,1%	-	-	439.693	82.360
Total			-	-	439.693	82.360

7.4 RISCO DE CRÉDITO

Conforme política financeira da Companhia, os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras devem ser aplicados em instituições financeiras com *rating* de longo prazo em escala nacional classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado. A classificação dos *ratings* dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras estão de acordo com as principais agências de classificação de risco. Abaixo, demonstramos a qualidade do crédito dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018:

Rating - Escala Nacional	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
brAAA	419.476	-
brAA+	369.182	81.157
brAA-	124.536	285.958
brA-	-	218.448
(*) N/a - Fundo Brasil Plural e Western	89.572	258.518
(**) N/a - Títulos do Tesouro Nacional	159.541	82.360
Total - Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.162.307	926.441

(*) Não aplicável, pois não consta classificação de risco para os Fundos – Brasil Plural Crédito Privado Retail FIRF e Western Assets nas principais agências de classificação de risco. Os ativos que compõem a carteira dos referidos fundos possuem classificação de risco brAAA em pelo menos uma das agências de classificação de *ratings*.

(**) Não aplicável, pois não consta classificação para os Títulos do Tesouro Nacional na escala nacional. Em escala global o *rating* de crédito soberano é BB (perspectiva negativa) de acordo com as principais agências de *rating*.

8 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

8.1 POLÍTICA CONTÁBIL

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pelas vendas de mercadorias, pela utilização do cartão bandeira (Meu Cartão) na rede conveniada pelo sistema Visa e Mastercard, bem como pelos valores de empréstimos pessoais concedidos aos seus clientes através da controlada indireta Realize CFI e por instituições financeiras conveniadas.

A taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico, que influenciam nas variáveis utilizadas para determinação da taxa.

As operações de vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo médio ponderado de capital da Companhia. A taxa de desconto aplicada no ajuste a valor presente envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico, que influenciam nas variáveis utilizadas para determinação da taxa.

O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo. A taxa de desconto utilizada foi de 0,99% a.m. para a Controladora e para as controladas (1,85% a.m. em 31 de dezembro de 2017 para a Controladora e 1,06% a.m. para as controladas). Com a adoção do CPC 48/IFRS 9 (perdas esperadas) o risco de crédito deixou de fazer parte da composição dessa taxa, pois já está refletido nas perdas estimadas em crédito da carteira a vencer.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.

RENNER CAMBIO YOUCOM realize

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cartão de crédito Renner (<i>Private Label</i>)	1.281.243	1.166.253	1.281.243	1.166.253
Cartão bandeira (Meu Cartão)	228.724	178.711	1.457.426	1.071.133
Cartões de terceiros	577.255	490.019	718.467	606.221
Empréstimo pessoal (Saque Rápido)	1.574	15.978	50.849	71.889
Exportação - Parte relacionada	13.293	9.153	-	-
Outros recebíveis	888	370	3.659	3.752
(-) FIDC Lojas Renner	(453.893)	(601.057)	-	-
(-) Perdas estimadas em crédito	(65.406)	(64.534)	(305.766)	(210.180)
(-) Ajuste a valor presente	(40.455)	(63.445)	(43.208)	(64.810)
Total	1.543.223	1.131.448	3.162.670	2.644.258

8.3 PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITO

A perda estimada em crédito é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos.

Em razão das práticas de instituições financeiras, as carteiras do cartão bandeira (Meu Cartão) e do Empréstimo Pessoal com vencimento acima de 360 dias são baixadas do saldo de contas a receber de clientes em contrapartida de perdas estimadas em crédito, com exceção do Cartão de Crédito Renner (*Private Label*) que é baixado quando os títulos estão vencidos há mais de 180 dias.

8.3.1 Movimentação das perdas estimadas em crédito

	Controladora			Consolidado			
	Cartão Renner	Empréstimo Pessoal	Total	Cartão Renner	Cartão Bandeira	Empréstimo Pessoal	Total
Saldos em 01/01/2017	(57.860)	(34.989)	(92.849)	(57.860)	(24.090)	(34.989)	(116.939)
Perdas estimadas, líquidas	(190.739)	(30.189)	(220.928)	(190.739)	(192.152)	(30.290)	(413.181)
Baixas	195.535	53.708	249.243	195.535	70.697	53.708	319.940
Saldos em 31/12/2017	(53.064)	(11.470)	(64.534)	(53.064)	(145.545)	(11.571)	(210.180)
Adoção inicial - CPC 48 / IFRS 9	(16.569)	(814)	(17.383)	(16.569)	(15.947)	(1.016)	(33.532)
Perdas estimadas, líquidas	(190.053)	(4.292)	(194.345)	(190.053)	(223.621)	(12.497)	(426.171)
Baixas	195.693	15.163	210.856	195.693	153.106	15.318	364.117
Saldos em 31/12/2018	(63.993)	(1.413)	(65.406)	(63.993)	(232.007)	(9.766)	(305.766)

O critério das perdas estimadas em crédito do Cartão Renner (*Private Label*), tem como base o histórico de realização da carteira, levando em consideração a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade, atendendo aos conceitos da norma internacional IFRS 9/ CPC 48. Este critério, tanto para distribuição das faixas, como para atribuição do % de perdas estimadas não é comparável com o utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central (Res. 2682), que estabelece, entre outros, o arrasto dos saldos dos clientes para a pior faixa de risco, com a aplicação de % mínimos de perdas estimadas para cada faixa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.3.2 Cobertura de perdas por faixas de atraso por produto de crédito

	31/12/2018			31/12/2017		
	Carteira	Perdas estimadas	% Cobertura	Saldo	Perdas estimadas	% Cobertura
Cartão de Crédito Renner (Private Label)						
A vencer	1.137.120	(17.644)	1,6%	1.019.379	-	-
Vencidos						
de 1 a 30 dias	50.079	(10.359)	20,7%	49.601	(9.847)	19,9%
de 31 a 60 dias	23.230	(10.699)	46,1%	24.457	(12.730)	52,1%
de 61 a 90 dias	18.865	(10.555)	56,0%	19.810	(12.629)	63,8%
de 91 a 120 dias	18.375	(11.662)	63,5%	19.190	(13.604)	70,9%
de 121 a 150 dias	17.305	(12.034)	69,5%	17.748	(13.374)	75,4%
de 151 a 180 dias	16.269	(12.540)	77,1%	16.069	(12.895)	80,2%
de 181 a 360 dias	98.343	(89.039)	90,5%	91.419	(83.214)	91,0%
Total Carteira	1.379.586	(174.532)	12,7%	1.257.673	(158.293)	12,6%
(-) Créditos baixados de 181 a 360 dias	(110.539)	110.539	100,0%	(105.229)	105.229	100,0%
(+) Créditos baixados de 181 a 360 dias recuperados	12.196	-		13.809	-	
Saldo Contábil	1.281.243	(63.993)	5,0%	1.166.253	(53.064)	4,5%
(*) Índice de Cobertura over 90			123,2%			100,1%

(*)O índice de cobertura over 90 trata-se da perda estimada dos ativos vencidos no intervalo de 90 a 180 dias.

Em relação ao cartão bandeira (Meu Cartão) e ao empréstimo pessoal (Saque Rápido), as perdas estimadas em crédito são constituídas com base na classificação de risco das operações, similar aos critérios de classificação das operações de crédito definidos pelo Banco Central do Brasil (Res. 2682).

	31/12/2018			31/12/2017		
	Carteira	Perdas estimadas	% Cobertura	Carteira	Perdas estimadas	% Cobertura
Cartão Bandeira (Meu Cartão)						
A - de 0 a 14 dias	1.089.398	(24.839)	2,3%	829.983	(4.738)	0,6%
B - de 15 a 30 dias	53.688	(1.224)	2,3%	28.296	(357)	1,3%
C - de 31 a 60 dias	39.011	(1.849)	4,7%	29.762	(1.443)	4,9%
D - de 61 a 90 dias	48.803	(8.023)	16,4%	25.952	(4.246)	16,4%
E - de 91 a 120 dias	38.584	(18.979)	49,2%	27.023	(13.509)	50,0%
F - de 121 a 150 dias	27.381	(19.164)	70,0%	22.444	(15.709)	70,0%
G - de 151 a 180 dias	25.134	(22.502)	89,5%	19.471	(17.341)	89,1%
H - acima de 180 dias	135.427	(135.427)	100,0%	88.202	(88.202)	100,0%
Total	1.457.426	(232.007)	15,9%	1.071.133	(145.545)	13,6%
Perdas estimadas x Mínimo requerido (Bacen)			121,9%			112,7%

	31/12/2018			31/12/2017		
	Carteira	Perdas estimadas	% Cobertura	Carteira	Perdas estimadas	% Cobertura
Empréstimo Pessoal (Saque Rápido)						
A - de 0 a 14 dias	35.714	(813)	2,3%	52.328	(318)	0,6%
B - de 15 a 30 dias	2.164	(49)	2,3%	2.671	(34)	1,3%
C - de 31 a 60 dias	1.785	(84)	4,7%	2.305	(112)	4,8%
D - de 61 a 90 dias	1.408	(231)	16,4%	2.117	(346)	16,4%
E - de 91 a 120 dias	1.355	(667)	49,2%	1.982	(991)	50,0%
F - de 121 a 150 dias	1.273	(891)	70,0%	1.773	(1.241)	70,0%
G - de 151 a 180 dias	1.124	(1.007)	89,5%	1.681	(1.497)	89,1%
H - acima de 180 dias	6.026	(6.026)	100,0%	7.032	(7.032)	100,0%
Total	50.849	(9.767)	19,2%	71.889	(11.571)	16,1%
Perdas estimadas x Mínimo requerido (Bacen)			118,4%			112,8%

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.4 RISCO DE CRÉDITO

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos avançados, vinculados à área de risco e fraude e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). Segue a abertura da qualidade do risco de crédito no Consolidado:

DISTRIBUIÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO (em %)

Legenda:



CARTÃO RENNER + CARTÕES DE TERCEIROS



31/12/2018 31/12/2017

MEU CARTÃO



31/12/2018 31/12/2017

EMPRÉSTIMO PESSOAL



31/12/2018 31/12/2017

A classificação interna da qualidade do risco do crédito da carteira do contas a receber está descrita abaixo:

- Risco Baixo:** Clientes com probabilidade menor ou igual a 9,3%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.
- Risco Médio baixo:** Clientes com probabilidade maior do que 9,3% e menor ou igual a 16,8%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.
- Risco Médio:** Clientes com até 4 meses de Cartão Renner ou Meu Cartão, com pouco histórico de movimentação para fins de medição probabilística de inadimplência.
- Risco Médio alto:** Clientes com probabilidade maior do que 16,8% e menor ou igual a 31,3%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.
- Risco Alto:** Clientes com probabilidade maior do que 31,3% de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

Os recebíveis da Companhia são originados nas suas operações de varejo à pessoa física de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo *ticket* médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a ausência de instrumento de garantia, de modo que os valores registrados no contas a receber representam a dimensão adequada da exposição da Companhia ao risco de crédito.

9 FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Em maio de 2014, foram iniciadas as operações do FIDC Lojas Renner, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pelas Instruções CVM nº 356/2001 e nº 531/2013, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados do parcelamento de compras dos clientes da Companhia, por intermédio de crediário sem encargos, de titularidade da Companhia, ou de concessão de financiamentos com encargos,

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.

RENNER CAMVARO YOUCOM realize

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de titularidade do Banco Itaú S.A.. O FIDC Lojas Renner tem vida operacional definida, e o encerramento ocorrerá em 12 de maio de 2019.

A estrutura de patrimônio do FIDC Lojas Renner, em 31 de dezembro de 2018 está assim representada:

Quotas	Taxa de Remuneração	% PL do Fundo	Quantidade (em milhares)	31/12/2018	31/12/2017
Subordinada	(*)	40,7% (33,0% 2017)	7.280	291.226	208.628
Sênior	CDI + 1,08% a.a.	59,3% (67,0% 2017)	16.800	424.022	424.280
			24.080	715.248	632.908

(*) O regulamento do FIDC Lojas Renner não define meta de remuneração, no entanto, define que as quotas subordinadas devem representar no mínimo 30% do patrimônio líquido. Caso, esse percentual fique abaixo de 30%, as quotas subordinadas deverão ser integralizadas pela Lojas Renner S.A. imediatamente para que fique dentro da relação mínima.

O rendimento da quota subordinada é apresentado como caixa e equivalente de caixa na Controladora, totalizando R\$ 109.226 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 26.628 em 31 de dezembro de 2017) e o principal apresentado como FIDC Lojas Renner no ativo circulante R\$ 182.000 (R\$ 182.000 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2017).

A Controladora atua como agente de cobrança em caso de inadimplência dos Direitos de Crédito, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC Lojas Renner.

Em 31 de dezembro de 2018, o balanço patrimonial do FIDC Lojas Renner está assim composto:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Equivalentes de caixa	486	500
Aplicações financeiras	261.133	31.578
Contas a receber	453.893	601.057
Total do Ativo	715.512	633.135
Passivo		
Contas a pagar	264	227
Patrimônio líquido	715.248	632.908
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	715.512	633.135

10 ESTOQUES

10.1 POLÍTICA CONTÁBIL

São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transportes e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Os custos dos estoques de mercadorias importadas também consideram quaisquer ganhos ou perdas de hedge de fluxo de caixa liquidados que são transferidos do patrimônio líquido.

Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas e do ajuste a valor presente, quando aplicável. As perdas estimadas são com base nos níveis históricos de perdas da Companhia, que é concretizada somente quando da realização dos inventários, os quais refletirão o modelo de operação da Companhia e servirão como base para as atualizações da estimativa.

10.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mercadorias para revenda	851.182	743.580	1.005.972	867.682
Importações em andamento	159.738	98.876	174.236	125.435
Adiantamento a fornecedores	8.850	6.909	9.505	6.995
Materiais auxiliares e almoxarifado	5.052	5.024	9.382	8.621
Ajuste a valor presente	(18.822)	(18.900)	(19.698)	(19.886)
Perdas estimadas	(61.805)	(63.437)	(69.092)	(65.671)
Total	944.195	772.052	1.110.305	923.176

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.

RENNER CAMMADO YOUCOM realize

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.3 PERDAS ESTIMADAS

A movimentação da estimativa para perdas em estoques está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(39.611)	(43.444)
(-) Perdas estimadas, líquidas	(64.656)	(67.679)
(+) Perda efetiva	40.830	45.457
(+/-) Ajuste de conversão	-	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(63.437)	(65.671)
(-) Perdas estimadas, líquidas	(65.773)	(73.221)
(+) Perda efetiva	67.405	69.819
(+/-) Ajuste de conversão	-	(19)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(61.805)	(69.092)

11 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS	83.290	69.367	120.060	100.417
ICMS sobre imobilizado	55.402	53.051	64.319	61.172
Imposto de renda e contribuição social	8.432	25.627	38.112	26.719
PIS e COFINS	13.088	12.483	16.008	13.362
Créditos tributários de controladas no exterior	-	-	45.487	16.987
Outros tributos a recuperar	2.609	1.767	3.181	1.947
Total	162.821	162.295	287.167	220.604
Ativo circulante	112.320	115.915	208.840	140.273
Ativo não circulante	50.501	46.380	78.327	80.331
Total	162.821	162.295	287.167	220.604

12 OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas antecipadas	5.782	7.270	5.426	5.619
Depósitos judiciais	10.081	10.530	10.132	10.615
Adiantamento a terceiros	25.683	17.553	32.223	21.617
Adiantamento a funcionários	5.916	6.406	6.793	7.177
Crédito convênio fornecedores	5.140	1.727	5.140	1.727
Indenizações de seguros em andamento	4.407	1.585	5.060	1.977
Comissões de seguros a receber	2.651	6.315	2.651	6.315
Valores a receber CDCI	4.167	4.213	4.167	226
Outras contas a receber	9.587	7.064	11.107	16.078
Total	73.414	62.663	82.699	71.351
Ativo circulante	47.460	42.956	53.296	51.084
Ativo não circulante	25.954	19.707	29.403	20.267
Total	73.414	62.663	82.699	71.351

13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

13.1 POLÍTICA CONTÁBIL

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou de parte dele. A avaliação da Administração está suportada por estudos técnicos de viabilidade, os quais demonstram projeções de lucros futuros tributáveis,

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

permitindo uma estimativa de recuperação de créditos em um período não superior a 10 anos. Além disso, a estimativa da realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos envolve as incertezas das demais estimativas.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

13.2 COMPOSIÇÃO

13.2.1 Controladora

	31/12/2018		31/12/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Bases de cálculo IR/CS diferidos				
Perdas estimadas em ativos	127.211	127.211	140.774	140.774
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	68.752	68.752	59.744	59.744
Ajuste a valor presente	54.729	54.729	77.959	77.959
Provisão para participação de empregados	44.455	44.455	48.280	48.280
Plano de ações restritas	34.604	34.604	15.376	15.376
Ajustes avaliação patrimonial - hedge	2.796	2.796	-	-
Outras provisões	-	-	686	-
Ativo fiscal diferido	332.547	332.547	342.819	342.133
Revisão da vida útil	(61.857)	(61.857)	(1.249)	(1.249)
Ajustes avaliação patrimonial - hedge	-	-	(2.878)	(2.878)
Swap de empréstimos	(37.181)	(37.181)	(6.176)	(6.176)
Outras provisões	(23.175)	(23.866)	-	-
Passivo fiscal diferido	(122.213)	(122.904)	(10.303)	(10.303)
Total - Ativo fiscal diferido, líquido	210.334	209.643	332.516	331.830
Alíquotas nominais	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos líquidos	52.583	18.868	83.129	29.865

13.2.2 Consolidado

	31/12/2018		31/12/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Bases de cálculo IR/CS diferidos				
Perdas estimadas em ativos	257.294	257.294	291.246	291.246
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	84.109	84.109	68.965	68.965
Ajuste a valor presente	57.940	57.940	79.324	79.324
Provisão para participação de empregados	44.455	44.455	50.695	50.695
Plano de ações restritas	34.604	34.604	15.376	15.376
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	128.218	128.788	112.921	109.928
Ajustes avaliação patrimonial - hedge	3.656	3.656	-	-
Outras provisões	11.647	-	-	-
Ativo fiscal diferido	621.923	610.846	618.527	615.534
Ágio na aquisição de participação societária	(56.722)	(56.722)	(36.736)	(36.736)
Mais valia de ativos	(29.234)	(29.234)	(29.624)	(29.624)
Revisão da vida útil	(64.821)	(64.821)	(1.249)	(1.249)
Ajustes avaliação patrimonial - hedge	-	-	(3.780)	(3.780)
Swap de empréstimos	(47.032)	(47.032)	(6.176)	(6.176)
Outras provisões	(24.510)	(25.281)	(1.503)	(3.089)
Passivo fiscal diferido	(222.319)	(223.090)	(79.068)	(80.654)
Total - Ativo fiscal diferido, líquido	399.604	387.756	539.459	534.880
Alíquotas nominais ponderadas (ii)	25%	10,92%	25%	12,03%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (iii)	99.901	42.343	134.865	64.346

- (i) Créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social das suas controladas Camicado, Youcom e LRU. Os créditos estão suportados por estudos técnicos de viabilidade, os quais demonstram projeções de resultados futuros tributáveis, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a 10 anos. Os estudos técnicos de viabilidade são submetidos anualmente à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.
- (ii) A alíquota nominal ponderada CSLL é superior à alíquota geral de 9% por conta da consolidação dos saldos da controlada indireta Realize CFI, a qual possui uma alíquota de 15% a partir 2019.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.

RENNER CAMARGO YOUCOM realize

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) A Administração da Companhia compensa o ativo diferido contra o passivo diferido da Controladora e das suas subsidiárias individualmente. Portanto, no Consolidado o passivo diferido líquido pertence a controlada Camicado.

13.3 MOVIMENTAÇÃO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS

Abaixo demonstramos a movimentação dos impostos diferidos, constituídos às alíquotas nominais ponderadas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2017	126.516	156.616
(+) Reconhecido no resultado	5.987	63.171
(-) Reconhecido em outros resultados abrangentes	(19.509)	(20.721)
(+) Ajustes de conversão	-	145
Saldo em 31/12/2017	112.994	199.211
(-) Reconhecido no resultado	(49.382)	(71.960)
(+) Reconhecido em outros resultados abrangentes	1.929	2.528
(+) Ajustes de conversão	-	95
(+) Adoção inicial - CPC 48/ IFRS 9	5.910	12.370
Saldo em 31/12/2018	71.451	142.244

13.4 REALIZAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS ATIVOS

Baseada no histórico de realizações das bases que deram origem aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo, bem como nas projeções de resultados para os períodos seguintes, estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos créditos fiscais:

Período	Controladora	Consolidado
2019	91.988	157.581
2020	13.662	22.106
2021	3.421	9.917
2022	1.998	6.364
2023 em diante	1.997	26.217
Total - Ativos diferidos	113.066	222.185

13.5 ANÁLISE DA ALÍQUOTA EFETIVA DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes do IR e CS	1.258.875	948.404	1.370.193	1.004.137
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal (Adições) exclusões permanentes	(428.018)	(322.457)	(465.866)	(341.407)
Despesa com plano de opção de compra de ações	(6.969)	(9.397)	(6.969)	(9.397)
Resultado de participações societárias	47.290	35.692	-	-
Juros sobre capital próprio	76.729	66.956	76.729	66.956
Participação de administradores	(2.074)	(2.638)	(2.074)	(2.638)
Incentivos fiscais (PAT) (i)	23.382	4.028	23.458	4.034
Subvenção para investimento (ii)	47.129	8.047	47.810	8.784
Incentivo de inovação tecnológica (Lei 11.196/2005)	3.156	2.181	3.156	2.181
Diferenças de alíquotas IR e CSLL de controladas	-	-	(26.766)	(2.154)
Outras exclusões	618	1.845	393	2.105
Parcela isenta do adicional de 10%	18	18	72	78
IR e CS no resultado do exercício	(238.739)	(215.725)	(350.057)	(271.458)
Corrente	(189.357)	(221.712)	(278.097)	(334.774)
Diferido	(49.382)	5.987	(71.960)	63.316
Alíquota efetiva	18,96%	22,75%	25,55%	27,03%

- (i) A Companhia, no decorrer do exercício de 2018, obteve decisão judicial transitada em julgado que permite deduzir em dobro as despesas incorridas com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, diretamente do lucro tributável.

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) A Companhia reconheceu a dedutibilidade fiscal dos valores de incentivos fiscais, considerados subvenção para investimento por força do cumprimento dos requisitos exigidos pelo Convênio ICMS 190/2017, advindo da Lei Complementar nº 160/2017.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 INVESTIMENTOS

14.1 COMPOSIÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Investimentos em controladas	955.452	822.860	-	-
Ágio sobre mais valia de ativos	1.290	1.290	-	-
Outros investimentos	-	46	-	46
Total	956.742	824.196	-	46

14.2 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Saldo em 31/12/2017	Aporte de capital	Adoção Inicial - IFRS 9 Perdas Esperadas	Resultado de equivalência	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Reclass. passivo a descoberto	Saldo em 31/12/2018
Empresas controladas								
RACC	61.286	-	-	17.109	-	(76.228)	-	2.167
Dromegon	16.154	-	(2)	6.371	-	(10.950)	-	11.573
Camicado	400.397	-	-	14.732	(1.291)	-	-	413.838
Youcom	91.877	40.000	-	(9.056)	128	-	-	122.949
LRS	-	-	-	1.997	429	-	(2.419)	7
Realize Participações S.A.	183.955	-	(9.688)	109.671	-	-	-	283.938
LRU	69.190	50.986	-	(1.736)	2.527	-	-	120.967
LRA	-	11	-	-	-	-	-	11
Realize CFI	1	-	-	1	-	-	-	2
Total	822.860	90.997	(9.690)	139.089	1.793	(87.178)	(2.419)	955.452

	Saldo em 01/01/2017	Aporte de capital	Cisão	Resultado de equivalência	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Reclass. passivo a descoberto	Saldo em 31/12/2017
Empresas controladas								
RACC	55.907	-	(1)	61.278	-	(55.898)	-	61.286
Dromegon	17.131	-	-	6.594	-	(7.571)	-	16.154
Camicado	341.159	40.000	-	17.220	2.018	-	-	400.397
Youcom	70.003	33.000	-	(11.460)	334	-	-	91.877
LRS	-	-	-	(326)	(34)	-	360	-
Realize Participações S.A.	15.268	134.825	-	33.861	1	-	-	183.955
LRU	3.623	66.021	-	(2.189)	1.735	-	-	69.190
Realize CFI	-	-	1	-	-	-	-	1
Total	503.091	273.846	-	104.978	4.054	(63.469)	360	822.860

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**15.1 POLÍTICA CONTÁBIL**

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil estimada dos bens, conforme segue abaixo:

	Consolidado	
	Taxa	Vida útil
Imobilizado		
Imóveis	1,67% a 2%	50 a 60 anos
Móveis e Utensílios	10% a 25%	4 a 10 anos
Instalações	5% a 10%	10 a 20 anos
Máquinas e Equipamentos	5% a 10%	10 a 20 anos
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10%	10 anos
Veículos	20%	5 anos
Computadores e Periféricos	10% a 20%	5 a 10 anos
Intangível		
Sistemas de Informática	12,5% a 20%	5 a 8 anos
Direito de Utilização de Imóveis	10%	10 anos

A Companhia tem como procedimento, revisar anualmente os bens do ativo imobilizado e intangível com base em avaliações técnicas de especialistas e com o objetivo de:

- Identificar possíveis evidências de que seus ativos possam estar desvalorizados; e
- Identificar alterações na forma de uso e manutenção que possam afetar a vida útil dos seus bens do ativo imobilizado e intangível.

15.2 COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Terrenos	288	-	288	288	-	288
Imóveis	92.898	(5.767)	87.131	92.898	(4.321)	88.577
Móveis e Utensílios	430.181	(199.796)	230.385	366.615	(164.706)	201.909
Instalações	487.378	(223.056)	264.322	454.155	(204.036)	250.119
Máquinas e Equipamentos	256.745	(133.308)	123.437	227.546	(114.613)	112.933
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.572.341	(746.423)	825.918	1.420.201	(632.926)	787.275
Veículos	2.117	(399)	1.718	3.045	(546)	2.499
Computadores e Periféricos	232.947	(137.936)	95.011	188.831	(124.984)	63.847
Imobilizado em andamento	89.662	-	89.662	96.263	-	96.263
Total	3.164.557	(1.446.685)	1.717.872	2.849.842	(1.246.132)	1.603.710

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Terrenos	288	-	288	288	-	288
Imóveis	107.835	(11.647)	96.188	107.835	(10.201)	97.634
Móveis e Utensílios	492.833	(220.237)	272.596	412.297	(179.028)	233.269
Instalações	536.403	(240.806)	295.597	499.227	(218.994)	280.233
Máquinas e Equipamentos	265.221	(134.999)	130.222	231.475	(115.436)	116.039
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.781.552	(787.926)	993.624	1.560.514	(659.145)	901.367
Veículos	2.117	(399)	1.718	3.045	(546)	2.499
Computadores e Periféricos	247.017	(143.166)	103.851	197.640	(128.984)	68.656
Imobilizado em andamento	100.363	-	100.363	113.640	-	113.640
Total	3.533.629	(1.539.180)	1.994.449	3.125.961	(1.312.334)	1.813.627

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.

RENNER CAMICADO YOUCOM realize

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de imobilizado, líquido de depreciação considera bens arrendados no valor de R\$ 27.021 (R\$ 58.026 em 31 de dezembro de 2017).

15.3 CONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO DO IMOBILIZADO

15.3.1 Controladora

Valor contábil	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transf.	Baixas	Perdas estimadas	Deprec.	Saldo em 31/12/2018
Terrenos	288	-	-	-	-	-	288
Imóveis	88.577	-	-	-	-	(1.446)	87.131
Móveis e Utensílios	201.909	284	68.821	(1.385)	-	(39.244)	230.385
Instalações	250.119	29	37.417	(509)	-	(22.734)	264.322
Máquinas e Equipamentos	112.933	66	23.712	(97)	-	(13.177)	123.437
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	787.275	356	166.859	(184)	-	(128.388)	825.918
Veículos	2.499	17	-	(489)	-	(309)	1.718
Computadores	63.847	483	54.715	(520)	-	(23.514)	95.011
Imob. em andamento	96.263	344.952	(351.524)	(29)	-	-	89.662
Total	1.603.710	346.187	-	(3.213)	-	(228.812)	1.717.872

Valor contábil	Saldo em 01/01/2017	Adições	Transf.	Baixas	Perdas estimadas	Deprec.	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	288	-	-	-	-	-	288
Imóveis	90.022	-	-	-	-	(1.445)	88.577
Móveis e Utensílios	186.237	112	52.872	(1.196)	(142)	(35.974)	201.909
Instalações	262.485	178	29.302	(1.320)	(1.617)	(38.909)	250.119
Máquinas e Equipamentos	113.609	72	18.693	(454)	(1.279)	(17.708)	112.933
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	728.549	382	186.439	(2.342)	(9.763)	(115.990)	787.275
Veículos	988	2.268	-	(562)	-	(195)	2.499
Computadores	51.209	201	31.547	(59)	-	(19.051)	63.847
Imob. em andamento	70.316	346.831	(318.853)	(2.031)	-	-	96.263
Total	1.503.703	350.044	-	(7.964)	(12.801)	(229.272)	1.603.710

15.3.2 Consolidado

Valor contábil	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transf.	Baixas	Perdas estimadas	Deprec.	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2018
Terrenos	288	-	-	-	-	-	-	288
Imóveis	97.634	-	-	-	-	(1.446)	-	96.188
Móveis e Utensílios	233.269	1.255	85.675	(1.471)	(467)	(45.622)	(43)	272.596
Instalações	280.233	233	42.181	(770)	(179)	(25.987)	(114)	295.597
Máquinas e Equipamentos	116.038	132	27.971	(143)	(22)	(13.759)	5	130.222
Benfeitorias Imóveis de Terc.	901.370	4.496	234.736	(1.479)	(868)	(145.284)	655	993.626
Veículos	2.499	17	-	(489)	-	(309)	-	1.718
Computadores	68.656	2.355	59.191	(521)	(4)	(25.099)	(727)	103.851
Imob. em andamento	113.640	435.589	(449.754)	(29)	-	-	917	100.363
Total	1.813.627	444.077	-	(4.902)	(1.540)	(257.506)	693	1.994.449

Valor contábil	Saldo em 01/01/2017	Adições	Transf.	Baixas	Perdas estimadas	Deprec.	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	288	-	-	-	-	-	-	288
Imóveis	98.244	835	-	-	-	(1.445)	-	97.634
Móveis e Utensílios	210.711	3.269	59.469	(148)	(283)	(39.705)	(44)	233.269
Instalações	289.600	5.553	30.033	(79)	(1.867)	(42.944)	(63)	280.233
Máquinas e Equipamentos	115.512	3.310	18.515	(454)	(1.288)	(19.545)	(12)	116.038
Benfeitorias Imóveis de Terc.	799.784	19.506	222.859	(784)	(11.896)	(128.017)	(82)	901.370
Veículos	990	2.268	-	(562)	-	(197)	-	2.499
Computadores	54.017	1.883	33.066	(154)	-	(20.156)	-	68.656
Imob. em andamento	75.923	403.656	(363.942)	(2.031)	-	-	34	113.640
Total	1.645.069	440.280	-	(4.212)	(15.334)	(252.009)	(167)	1.813.627

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.4 COMPOSIÇÃO DO INTANGÍVEL

Controladora						
31/12/2018			31/12/2017			
Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	
Sistemas de Informática	701.935	(430.915)	271.020	625.723	(386.761)	238.962
Direito de utilização de imóveis	63.471	(46.075)	17.396	63.240	(43.302)	19.938
Marcas e Patentes	6.017	(83)	5.934	5.609	(83)	5.526
Intangível em andamento	118.659	-	118.659	60.099	-	60.099
Total	890.082	(477.073)	413.009	754.671	(430.146)	324.525

Consolidado						
31/12/2018			31/12/2017			
Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	
Sistemas de Informática	788.531	(462.211)	326.320	687.805	(409.978)	277.827
Direito de utilização de imóveis	87.500	(54.142)	33.358	83.894	(49.347)	34.547
Marcas e Patentes	34.348	(83)	34.265	33.940	(83)	33.857
Outros intangíveis	3.500	(3.500)	-	3.500	(3.500)	-
Intangível em andamento	124.454	-	124.454	63.325	-	63.325
Ágio Camicado	116.679	-	116.679	116.679	-	116.679
Total	1.155.012	(519.936)	635.076	989.143	(462.908)	526.235

15.5 CONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO DO INTANGÍVEL

15.5.1 Controladora

Valor contábil	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transf.	Baixas	Perdas estimadas	Amort.	Saldo em 31/12/2018
Sistemas de Informática	238.962	8.918	67.321	-	-	(44.181)	271.020
Direito de utilização de imóveis	19.938	(1.311)	1.543	-	-	(2.774)	17.396
Marcas e Patentes	5.526	408	-	-	-	-	5.934
Intangível em andamento	60.099	128.325	(68.864)	(901)	-	-	118.659
Total	324.525	136.340	-	(901)	-	(46.955)	413.009

Valor contábil	Saldo em 01/01/2017	Adições	Transf.	Baixas	Perdas estimadas	Amort.	Saldo em 31/12/2017
Sistemas de Informática	213.284	974	96.828	(3.800)	(2)	(68.322)	238.962
Direito de utilização de imóveis	12.541	1.837	7.974	-	-	(2.414)	19.938
Marcas e Patentes	4.455	1.071	-	-	-	-	5.526
Intangível em andamento	92.409	75.652	(104.802)	(3.160)	-	-	60.099
Total	322.689	79.534	-	(6.960)	(2)	(70.736)	324.525

15.5.2 Consolidado

Valor contábil	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transf.	Baixas	Perdas estimadas	Amort.	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2018
Sistemas de Informática	277.827	28.581	71.633	(143)	-	(52.212)	634	326.320
Direito de utilização de imóveis	34.547	(1.954)	5.737	(88)	(110)	(4.856)	82	33.358
Marcas e Patentes	33.857	408	-	-	-	-	-	34.265
Intangível em andamento	63.325	139.295	(77.370)	(901)	-	-	105	124.454
Ágio Camicado	116.679	-	-	-	-	-	-	116.679
Total	526.235	166.330	-	(1.132)	(110)	(57.068)	821	635.076

Valor contábil	Saldo em 01/01/2017	Adições	Transf.	Baixas	Perdas estimadas	Amort.	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2017
Sistemas de Informática	229.810	12.219	112.292	(3.800)	(2)	(72.621)	(71)	277.827
Direito de utilização de imóveis	24.408	3.615	11.041	-	(59)	(4.421)	(37)	34.547
Marcas e Patentes	32.799	1.070	-	(12)	-	-	-	33.857
Intangível em andamento	96.548	93.179	(123.333)	(3.160)	-	-	91	63.325
Ágio Camicado	116.679	-	-	-	-	-	-	116.679

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total	500.244	110.083	-	(6.972)	(61)	(77.042)	(17)	526.235
-------	---------	---------	---	---------	------	----------	------	---------

A Companhia avalia constantemente seus indicadores de performance em cada negócio e por unidade e identificou a necessidade de reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de ativos que não serão mais utilizados no montante de R\$ 1.540 no ativo imobilizado e R\$ 110 no ativo intangível, ambos efeitos no Consolidado no segmento de varejo. Referido montante foi contabilizado na linha de outros resultados operacionais. Neste processo de revisão, não foram identificados quaisquer outros ativos com necessidade de *impairment*.

16 TESTE DE PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ÁGIO E INTANGÍVEIS COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

16.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam geração de fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), de acordo com as visões de análise utilizadas pela Administração. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

16.2 AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL

O valor contábil do ágio e da marca alocados na Camicado é de R\$ 144.741 (R\$ 144.741 em 31 de dezembro de 2017).

Para determinação do valor recuperável da Camicado, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos considerando as seguintes premissas:

- (i) Receitas: projetadas de 2019 a 2028 considerando crescimento histórico das vendas, e também, um incremento nas vendas através do plano de abertura de novas lojas;
- (ii) Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das lojas e buscando sinergia das despesas através da Controladora;
- (iii) Taxa de desconto: elaborada levando em consideração informações do setor de varejo, no qual a Camicado atua. A taxa de desconto utilizada foi de 12,6% a.a. (13,5% a.a. em 31 de dezembro de 2017); e
- (iv) Taxa de crescimento na perpetuidade: a taxa de crescimento considerada foi de 7,5% a.a. (7,5% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia efetuou testes de revisão, com data base em 31 de dezembro de 2018, e concluiu que não há fatores que indiquem a necessidade de provisão de perdas por "*impairment*", dado que o valor recuperável excedeu o valor contábil.

16.3 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade nas taxas de desconto e de crescimento. Considerando um acréscimo ou uma redução, respectivamente, de 1% na taxa de desconto e de 0,5% na taxa de crescimento na perpetuidade, a Administração da Companhia concluiu que o fluxo de caixa descontado resultaria em valores recuperáveis, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Taxa de desconto			Taxa de crescimento na perpetuidade		
	Cenário Provável	Acréscimo de 1%	Redução de 1%	Cenário Provável	Acréscimo de 0,5%	Redução de 0,5%
Variação Fluxo de caixa descontado	12,6%	(212.587)	317.496	7,5%	98.549	(80.951)

17 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

17.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias, cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.

RENNER CAMICADO YOUCOM realize

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo do empréstimo de capital de giro Lei 4.131 Bacen é mensurado pelo valor justo, utilizando a técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado, o qual converte fluxos de caixas futuros em um valor único. O valor justo reflete as expectativas do mercado atual em relação aos valores futuros.

Pelas suas características, alguns contratos de arrendamento mercantil de bens destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas são classificados como *leasing* financeiro. A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no balanço pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os contratos são contabilizados como um ativo imobilizado ou intangível e um passivo de financiamento, sendo os ativos submetidos à depreciação ou amortização durante a vida útil econômica do ativo ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor. As parcelas pagas do arrendamento mercantil financeiro são alocadas, parte no passivo e a parte referente aos encargos financeiros no resultado.

17.2 COMPOSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Descrições	Taxas anuais ponderadas	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Em moeda nacional						
Debêntures 5ª Emissão – 1ª série (i)	CDI + 0,97% a.a.	2016 - 2018	-	73.556	-	73.556
Debêntures 5ª Emissão – 2ª série (i)	IPCA + 5,7% a.a.	2017 - 2019	40.173	77.411	40.173	77.411
Debêntures 6ª Emissão - série única (i)	CDI + 0,85% a.a.	2017 - 2018	-	207.172	-	207.172
Debêntures 7ª Emissão - série única (i)	108% CDI	2020	307.669	309.427	307.669	309.427
Debêntures 8ª Emissão - série única (i)	104,5% CDI	2019	206.424	207.308	206.424	207.308
Debêntures - Custos de estruturação	-	-	(399)	(946)	(399)	(946)
(+/-) swap das Debêntures (ii)	98,7% CDI	2017 - 2019	(1.087)	(1.747)	(1.087)	(1.747)
Fundo do Nordeste - FNE (iii)	6,97% a.a.	30/06/2023	10.954	13.684	10.954	13.684
Fundo do Nordeste - FNE (iii)	9,5% a.a.	29/06/2023	16.468	19.721	16.468	19.721
Fundo do Nordeste - FNE (iii)	11,01% a.a.	03/06/2024	1.904	2.076	1.904	2.076
Fundo do Nordeste - FNE (iii)	11,01% a.a.	25/07/2024	-	-	859	927
BNDES (iv)	SELIC + 2,5% a.a.	15/07/2020	8.426	12.917	8.426	12.917
BNDES (iv)	TJLP + 2,12% a.a.	15/07/2020	4.736	7.678	4.736	7.678
FINEP (v)	TJLP + 4% a.a.	-	-	18.263	-	18.263
Capital de giro - conta garantida (vi)	112,5% CDI	-	-	-	16.385	16.234
Outros empréstimos			-	1.408	322	1.408
Em moeda estrangeira						
Capital de giro - Lei 4.131 Bacen (vi)	US\$ + 2,61% a.a.	15/08/2019	168.254	143.865	168.254	143.865
Capital de giro - Lei 4.131 Bacen (vi)	US\$ + 4,41% a.a.	10/06/2019	179.297	-	179.297	-
Capital de giro - Lei 4.131 Bacen (vi)	US\$ + 2,43% a.a.	10/01/2019	-	-	42.047	-
Capital de giro - Lei 4.131 Bacen (vi)	US\$ + 3,31% a.a.	27/12/2019	-	-	35.160	-
Capital de giro - Lei 4.131 Bacen (vi)	US\$ + 3,16% a.a.	18/04/2019	-	-	34.263	-
Capital de giro (vii)	10% a.a.	21/01/2019	-	-	8.548	-
Capital de giro (vii)	10% a.a.	07/01/2019	-	-	3.604	-
(+/-) swap - capital de giro (ii)	103% CDI	15/08/2019	(29.240)	(4.429)	(29.240)	(4.429)
(+/-) swap - capital de giro (ii)	100,9% CDI	10/06/2019	(6.854)	-	(6.854)	-
(+/-) swap - capital de giro (ii)	103,9% CDI	10/01/2019	-	-	(6.566)	-
(+/-) swap - capital de giro (ii)	106,95% CDI	18/04/2019	-	-	(3.914)	-
(+/-) swap - capital de giro (ii)	102,5% CDI	27/12/2019	-	-	629	-
Total			906.725	1.087.364	1.038.062	1.104.525
Passivo circulante			580.152	363.288	710.804	379.553
Passivo não circulante			326.573	724.076	327.258	724.972
Total			906.725	1.087.364	1.038.062	1.104.525

- (i) Os recursos obtidos nas emissões das debêntures foram destinados à manutenção do nível de caixa mínimo estratégico da Companhia.
- (ii) As operações de swaps de debêntures e em moeda estrangeira (4131) estão protegendo as oscilações, respectivamente, da inflação e do câmbio.
- (iii) A Companhia firmou contratos de financiamentos com o Banco do Nordeste através do FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste para financiar a expansão de seu parque de lojas naquela região.
- (iv) A Companhia firmou operação de financiamento da linha *Prodesign* do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para investimentos em *design* por meio do incremento e alteração da estrutura e dos processos de desenvolvimento de produtos.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (v) A Companhia firmou operação de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP com o objetivo de custear parcialmente seus projetos de inovação. A Companhia decidiu por realizar a liquidação antecipada do referido financiamento em abril de 2018.
- (vi) A Companhia firmou contratos nas modalidades de conta garantida e Lei 4.131 Bacen para fins de capital de giro e para investimentos no plano de expansão orgânica.
- (vii) A controlada direta LRU captou dois empréstimos para fins de capital de giro e para investimentos no plano de expansão orgânica.

17.2.1 Cronograma de realização dos empréstimos, debêntures e financiamentos

As cláusulas contratuais ("covenants") e o cronograma de liquidação de acordo com o fluxo de caixa contratual (principal mais juros estimados futuros até o vencimento) estão demonstrados na nota explicativa nº 6.2.

17.2.2 Movimentação dos empréstimos

A movimentação dos empréstimos da Controladora e do Consolidado estão demonstrados na nota explicativa nº 37.

17.3 ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

No decorrer do exercício de 2018, a Administração da Companhia antecipou a liquidação dos contratos de arrendamento mercantil de sistemas de informática no montante de R\$ 29.294.

Em julho de 2012 a Companhia firmou um contrato de arrendamento mercantil financeiro de aluguel de imóvel (Sede Administrativa), com prazo de 50 anos corrigido com base na variação acumulada do INPC anual. Ao final do contrato é garantida a preferência em adquirir o imóvel mediante notificação.

Em 31 de dezembro de 2018, os passivos de arrendamento financeiro são devidos, como segue:

Pagamentos mínimos de arrendamento

Menos de um ano
Mais de um ano e menos de cinco anos
Mais de cinco anos

Total dos pagamentos mínimos

Menos os encargos financeiros futuros

Valor presente dos pagamentos mínimos

Circulante
Não circulante

Total

Controladora e Consolidado	
31/12/2018	31/12/2017
4.264	16.836
12.972	41.760
164.565	163.381
181.801	221.977
(147.861)	(153.191)
33.940	68.786
473	9.890
33.467	58.896
33.940	68.786

18 FINANCIAMENTOS – OPERAÇÕES SERVIÇOS FINANCEIROS E GARANTIAS**18.1 FINANCIAMENTOS – OPERAÇÕES SERVIÇOS FINANCEIROS**

Financiamentos	Encargos médios ponderados %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Vendas Parceladas (i)	6,9% a.m.	97.937	33.628	97.937	33.628
Empréstimo Pessoal (ii)	10,9% a.m.	-	-	-	45.597
Conta Garantida (iii)	20,7% a.m.	1.165	1.619	1.165	1.619
Vendor (iv)	20,7% a.m.	29.335	28.237	29.335	28.237
Depósito Interfinanceiro	-	-	-	-	16.007
Letras Financeiras (v)	103,25% CDI	-	-	160.755	150.768
Capital de giro - Lei 4.131 Bacen (vi)	US\$ + 4,67% a.a.	-	-	131.829	-
(+/-) swap - capital de giro	101,8% CDI	-	-	7.199	-
Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner (vii)	CDI + 1,08% a.a.	-	-	424.022	424.280
Custos de estruturação FIDC Lojas Renner (viii)	-	-	-	(656)	(2.631)
		128.437	63.484	851.586	697.505
Passivo circulante		128.437	63.484	712.558	127.396
Passivo não circulante		-	-	139.028	570.109
Total		128.437	63.484	851.586	697.505

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Os valores de "Vendas Parceladas" referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras, através de *Vendor*, em compras realizadas na condição de pagamento entre sete e oito prestações mensais na Lojas Renner S.A.
- (ii) Os valores de "Empréstimo Pessoal" correspondiam aos montantes dos contratos de empréstimo pessoal concedidos aos clientes por banco conveniado e intermediados pela controlada RACC.
- (iii) Os valores de "Conta Garantida" são utilizados para o financiamento das carteiras de atraso das vendas realizadas pelo Cartão Renner na Camicado.
- (iv) Os valores de "*Vendor*" são realizados através do Convênio para Concessão de Financiamentos – *Vendor* Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes.
- (v) A Companhia através da sua controlada indireta Realize CFI emitiu no dia 4 de dezembro de 2017, Letras Financeiras para distribuição privada no montante de R\$ 150.000 a um custo de 103,25% CDI, com prazo de liquidação prevista para dois anos após a data da emissão. O objetivo dessa emissão é exclusivamente para o curso ordinário dos negócios e financiamento das operações.
- (vi) A Controlada indireta Realize CFI firmou contrato na modalidade 4.131 em 27 de agosto de 2018 junto ao Banco Santander S.A. no montante de US\$ 33.000 a um custo de 4,67% a.a. mais variação cambial, com vencimento em 17 de agosto de 2020. O objetivo dessa emissão é exclusivamente para o curso ordinário dos negócios e financiamento das operações.
- (vii) Representa o saldo das Quotas Sênior emitidas pelo FIDC Lojas Renner (nota explicativa nº 9), objeto de distribuição pública nos termos da instrução CVM nº 400/03, com prioridade de amortização e resgate em relação às quotas subordinadas. Este montante será liquidado por ocasião do encerramento do FIDC Loja Renner em maio de 2019.
- (viii) Refere-se ao saldo dos custos incorridos na estruturação do FIDC Lojas Renner, que serão reconhecidos no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme Taxa Interna de Retorno (TIR) da captação do recurso.

18.2 GARANTIAS

A Controladora figura como fiadora e principal pagadora, sendo solidariamente responsável por todas as obrigações, principais e acessórias oriundas das seguintes operações (maiores detalhes nota explicativa nº 18.1):

- i) Vendas Parceladas;
- ii) Empréstimo Pessoal;
- iii) Conta Garantida; e
- iv) *Vendor*.

19 FORNECEDORES

19.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Contas a pagar de fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. As operações de compras foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das compras a prazo foi de 0,99% a.m. para a Controladora e suas controladas (1,06% a.m. em 31 de dezembro de 2017). O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, pela fruição de prazo no caso de fornecedores.

19.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores comerciais	685.163	601.562	765.678	702.392
Ajuste a valor presente	(4.548)	(4.386)	(4.966)	(5.372)
Fornecedores uso e consumo	164.614	124.126	195.122	145.234

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total	845.229	721.302	955.834	842.254
-------	---------	---------	---------	---------

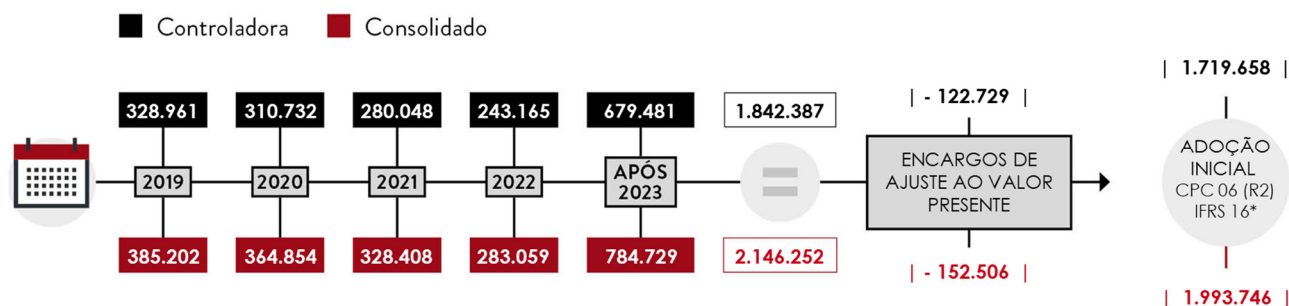
Em 31 de dezembro de 2018, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores cujo vencimento original era posterior a 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 272.183 (R\$ 295.392 em 31 de dezembro de 2017). Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados com o contrato de fornecimento de mercadorias.

20 ALUGUÉIS A PAGAR

A Companhia e suas Controladas possuem contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativa. Estes contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional, à exceção do contrato de sua sede administrativa (nota explicativa nº 17.3) que é classificado como arrendamento mercantil financeiro.

Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, estão assim distribuídos:



(*) O montante corresponde aos alugueis mínimos fixos futuros trazidos ao valor presente, o qual será contabilizado em 1º de janeiro de 2019 na data da adoção inicial da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 (nota explicativa 5.2.1).

21 OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social	140.177	134.024	222.638	177.577
ICMS a recolher	202.641	177.353	215.899	188.642
PIS/COFINS	57.405	70.133	66.796	77.764
Tributos a recolher de controladas no exterior	-	-	22.876	5.508
Outros tributos	16.758	18.611	21.807	21.498
Total	416.981	400.121	550.016	470.989

22 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários a pagar	36.875	33.335	42.580	37.948
Participação de empregados	61.300	73.451	61.791	77.292
Provisão de férias e gratificações	61.329	55.489	70.602	63.235
Encargos sociais	63.063	49.158	70.766	54.863
Total	222.567	211.433	246.009	233.338

23 PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

23.1 POLÍTICA CONTÁBIL

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matéria tributária, trabalhista e cível. A

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.1.1 Provisões Tributárias

As provisões tributárias são constituídas levando em conta a individualidade de cada processo, a classificação de perda e a avaliação dos assessores jurídicos interno e externos. Para a classificação de perda possível, a Administração da Companhia provisiona valores estimados de custas processuais e honorários advocatícios, com base no histórico incorrido e bases contratuais atuais negociadas com os seus assessores jurídicos, pois é provável os desembolsos futuros de recursos.

23.1.2 Provisões Cíveis e Trabalhistas

As provisões cíveis e trabalhistas são revisadas periodicamente, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados, uma vez que a Administração da Companhia entende que há uma probabilidade de saída de recursos para o cumprimento destas obrigações.

23.2 PROVISÕES

Demonstramos abaixo a abertura das provisões em 31 de dezembro de 2018:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cíveis	19.707	18.155	26.165	20.654
Trabalhistas	19.745	14.428	21.618	15.342
Tributárias	32.168	29.646	39.114	35.454
(-) Depósitos judiciais	(5.109)	(5.552)	(9.662)	(9.371)
	66.511	56.677	77.235	62.079
Classificadas como:				
Passivo Circulante	39.452	32.583	47.783	35.996
Passivo Não Circulante	27.059	24.094	29.452	26.083
Total	66.511	56.677	77.235	62.079

As provisões de natureza tributária mais significativas referem-se:

- (i) Glosa do direito ao crédito de ICMS em aquisições de fornecedores considerados inidôneos;
- (ii) Glosa do direito ao crédito de ICMS (sobre energia, aquisições de mercadorias, diferencial de alíquota, entre outros);
- (iii) Aumento da alíquota do SAT (Seguro Acidente de Trabalho) e a instituição do FAP (Fator Acidentário de Prevenção);
- (iv) Cobrança de ICMS diferencial de alíquota, de forma antecipada, na entrada de mercadorias no Estado, recebidas de outra unidade da Federação;
- (v) Glosa da despesa com pagamento de Juros sobre Capital Próprio de exercícios anteriores; e
- (vi) Exigência de INSS/IRRF sobre parcelas não salariais.

E com relação as provisões cíveis e trabalhistas, a Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais cíveis de natureza consumerista e trabalhista com objetos diversos.

23.3 MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Natureza	Controladora				
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	(-) Depósitos Judiciais	Total
Saldos em 01/01/2018	18.155	14.428	29.646	(5.552)	56.677
(+/-) Provisões / (Reversões)	1.552	5.317	1.145	443	8.457
(-) Atualização	-	-	1.377	-	1.377
Saldos em 31/12/2018	19.707	19.745	32.168	(5.109)	66.511

Natureza	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	(-) Depósitos Judiciais	Total
Saldos em 01/01/2018	20.654	15.342	35.454	(9.371)	62.079
(+/-) Provisões / (Reversões)	5.511	6.276	2.093	(291)	13.589
(-) Atualização	-	-	1.567	-	1.567
Saldos em 31/12/2018	26.165	21.618	39.114	(9.662)	77.235

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.4 PASSIVOS CONTINGENTES TRIBUTÁRIOS

Os passivos contingentes acrescidos de juros e correção monetária, cuja saída de recursos é possível na avaliação dos nossos assessores jurídicos internos e externos, estão demonstrados abaixo:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributárias	364.367	354.607	381.966	367.244

Detalhamos abaixo as causas relevantes relacionadas aos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

- i) ICMS – Fornecedores inidôneas - Refere-se a processos relacionados a suposto creditamento indevido de ICMS relacionado à aquisição de mercadorias junto a fornecedores considerados pela autoridade fazendária como inidôneos. Os processos estão em andamento e não há previsão de data para desembolso destes recursos. O valor do processo atualizado era de R\$ 137.924 na Controladora e R\$ 139.128 no Consolidado (R\$ 139.461 na Controladora e R\$ 140.627 no Consolidado em 31 de dezembro de 2017).
- ii) ICMS – Antecipado RS - Refere-se a autos de infração para cobrança de ICMS diferencial de alíquota, de forma antecipada, na entrada de mercadorias no Estado, recebidas de outra unidade da Federação. Os processos estão em andamento na esfera administrativa e não há previsão de data para desembolso destes recursos. O valor do processo atualizado era de R\$ 79.034 na Controladora e no Consolidado (R\$ 75.582 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2017). Caso a Companhia venha a liquidar referidos processos, poderá tomar o crédito do valor de R\$ 34.888 correspondente ao principal do imposto exigido, para abatimento do ICMS de suas operações comerciais.
- iii) INSS/IRPF parcelas não salariais - Refere-se a autos de infração lavrados para cobrança de contribuição previdenciária sobre valores considerados pela Companhia como não tributáveis pela referida contribuição, bem como aplicação de multa de ofício pela falta de retenção de imposto de renda na fonte sobre os referidos valores. O processo está em andamento e não há previsão de data para desembolso deste recurso. O valor do processo atualizado era de R\$ 36.268 na Controladora e no Consolidado (R\$ 34.893 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2017).
- iv) IRPJ/CSLL - JSCP exerc. anteriores - Refere-se à glosa de despesa com pagamento de JSCP calculado com base no patrimônio líquido de exercício anterior. O processo está em andamento e não há previsão para desembolso dos valores. O valor do processo atualizado era de R\$ 27.787 na Controladora e no Consolidado (R\$ 25.363 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2017).
- v) ICMS - Glosa de créditos de terceiros - Glosa de créditos de ICMS adquiridos de terceiros no Estado do RJ. Os processos estão em andamento e não há previsão para desembolso dos valores. O valor dos processos atualizado era de R\$ 19.063 na Controladora e no Consolidado (R\$ 18.994 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2017).
- vi) ICMS – quebras de estoque - Refere-se a autos de infração e execuções fiscais para a cobrança de ICMS decorrente de diferenças de estoque fiscal e contábil, apuradas mediante levantamento quantitativo de estoques, que no entendimento da Companhia são quebras de estoque. Os processos estão em andamento e não há previsão para desembolso dos valores. O valor do processo atualizado era de R\$ 16.503 na Controladora e R\$ 17.831 no Consolidado (R\$ 18.198 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2017).
- vii) Outros passivos contingentes com valor de processo atualizado de R\$ 47.788 na Controladora e R\$ 62.855 no Consolidado (R\$ 42.116 na Controladora e R\$ 53.587 no Consolidado em 31 de dezembro de 2017) referem-se a matérias diversas tanto de âmbito federal, como estaduais e municipais.

23.5 PASSIVOS CONTINGENTES CÍVEIS E TRABALHISTAS

Para os processos cíveis e trabalhistas, a Companhia opta por considerar o histórico de obrigações efetivamente liquidadas, considerando que se tratam de processos massificados de natureza cível consumerista e natureza diversa trabalhista, nos quais o valor da causa, muitas vezes, não reflete, o valor da contingência. Por esta razão, a Companhia considera que os valores provisionados guardam correspondência com a exposição a esta natureza de risco.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.6 ATIVO CONTINGENTE

ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS - A Companhia possui ações judiciais em andamento para as empresas Lojas Renner, Camicado e Youcom, que objetivam o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos. Os processos já possuem decisão favorável de 2ª Instância, proferidas pelos Tribunais Regionais Federais da 3ª e 4ª Regiões, e aguardam julgamento de embargos de declaração e/ou recursos apresentados pela União Federal. A probabilidade de ganho é avaliada por seus assessores jurídicos como provável quanto ao mérito e possível quanto à obtenção de efeitos patrimoniais em relação a competências anteriores à data da decisão do STF (que em 15 de março de 2017 decidiu, em repercussão geral, que o "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da Cofins").

Estando os processos da Companhia ainda pendentes de decisão judicial transitada em julgado, não é possível o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados em relação às competências que antecedem 5 anos da data de ingresso das ações até a competência de março de 2017 (data da decisão do STF). Com base em levantamento preliminar, elaborado a partir das informações disponíveis em 31 de dezembro de 2018 e conforme as decisões judiciais proferidas até o momento, a Companhia estima o valor potencial dos créditos em aproximadamente R\$ 1.300.000 na Controladora e R\$ 1.320.000 no Consolidado, para o referido período. No entanto, em razão da inexistência de decisão final sobre o pedido de modulação de efeitos, apresentado pela União Federal nos autos do *leading case*, julgado em sede de repercussão geral, e considerando que, além da modulação de efeitos, a União Federal pede também a fixação de forma de cálculo menos favorável ao contribuinte (exclusão do ICMS a recolher da base do PIS/COFINS), o valor estimado poderá sofrer variações relevantes. Por fim, não há como assegurar, neste momento, quando, ou se, os montantes estimados serão efetivamente realizados.

Em relação aos valores relativos às competências posteriores à data da decisão do STF (15 de março de 2017), período no qual a probabilidade de perda das ações é avaliada por seus assessores jurídicos como remota, a Companhia vem reconhecendo os efeitos no resultado.

24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela Administração, com a finalidade de proteção do risco cambial assumido em pedidos de importações e empréstimos do exterior, e, também, de proteção do risco de taxa de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, presentes no CPC 48/ IFRS 9. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

24.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Os derivativos são reconhecidos ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base nos indicadores do contexto macroeconômico e o método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Para os derivativos designados para *hedge*, o método depende da natureza do item que está sendo protegido. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa os contratos a termos futuros (NDF) como *hedge* de fluxo de caixa.

A Companhia documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos utilizados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação dos fluxos de caixa dos itens protegidos.

24.1.1 Hedge de fluxo de caixa

A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para proteger-se contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos.

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, e não liquidada, é reconhecida no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes. Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos deste e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.1.2 Swap

Nas operações de swap, não designadas para *hedge accounting*, os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro.

24.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

24.2.1 Controladora

	Custo amortizado	Valor Justo	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	876.302	-	876.302
Contas a receber de clientes	1.543.223	-	-	1.543.223
FIDC Lojas Renner	182.000	-	-	182.000
Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>)	-	-	10.210	10.210
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>)	-	-	(13.006)	(13.006)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(596.355)	(310.370)	-	(906.725)
Financiamentos - operações serviços financeiros	(128.437)	-	-	(128.437)
Arrendamento mercantil financeiro	(33.940)	-	-	(33.940)
Fornecedores	(845.229)	-	-	(845.229)
Obrigações com administradoras de cartões	(18.355)	-	-	(18.355)
Total em 31 de dezembro de 2018	102.907	565.932	(2.796)	666.043
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	981.014	-	981.014
Contas a receber de clientes	1.131.448	-	-	1.131.448
FIDC Lojas Renner	182.000	-	-	182.000
Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>)	-	-	5.822	5.822
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>)	-	-	(2.944)	(2.944)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(949.675)	(137.689)	-	(1.087.364)
Financiamentos - operações serviços financeiros	(63.484)	-	-	(63.484)
Arrendamento mercantil financeiro	(68.786)	-	-	(68.786)
Fornecedores	(721.302)	-	-	(721.302)
Obrigações com administradoras de cartões	(38.631)	-	-	(38.631)
Total em 1º de janeiro de 2018	(528.430)	843.325	2.878	317.773

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.2.2 Consolidado

	Custo amortizado	Valor Justo	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	944.671	-	944.671
Aplicações financeiras	-	439.693	-	439.693
Contas a receber de clientes	3.162.670	-	-	3.162.670
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	-	-	10.860	10.860
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	-	-	(14.516)	(14.516)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(626.073)	(411.989)	-	(1.038.062)
Financiamentos - operações serviços financeiros	(712.558)	(139.028)	-	(851.586)
Arrendamento mercantil financeiro	(33.940)	-	-	(33.940)
Fornecedores	(955.834)	-	-	(955.834)
Obrigações com administradoras de cartões	(693.994)	-	-	(693.994)
Total em 31 de dezembro de 2018	140.271	833.347	(3.656)	969.962
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.059.873	-	1.059.873
Aplicações financeiras	-	82.360	-	82.360
Contas a receber de clientes	2.644.258	-	-	2.644.258
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	-	-	6.917	6.917
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	-	-	(3.137)	(3.137)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(966.836)	(137.689)	-	(1.104.525)
Financiamentos - operações serviços financeiros	(697.505)	-	-	(697.505)
Arrendamento mercantil financeiro	(68.786)	-	-	(68.786)
Fornecedores	(842.254)	-	-	(842.254)
Obrigações com administradoras de cartões	(524.581)	-	-	(524.581)
Total em 1º de janeiro de 2018	(455.704)	1.004.544	3.780	552.620

24.3 MENSURAÇÃO E HIERARQUIA DOS VALORES JUSTOS

A Companhia utiliza a técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado para mensurar os valores justos dos ativos e passivos financeiros que tem como premissa o valor presente dos fluxos de caixa estimados baseadas em cotações futuras de mercado. Para os ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, cujos os saldos contábeis são uma aproximação razoável deste, não apuramos os valores justos conforme previsto no CPC 40/IFRS 7. Demonstramos abaixo os valores justos dos ativos e passivos financeiros, os quais estão todos classificados no "Nível 2" de hierarquia do valor justo versus os saldos contábeis:

24.3.1 Controladora

	31/12/2018		31/12/2017	
Ativos e passivos financeiros	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil
Caixa e equivalentes de caixa	876.302	876.302	981.014	981.014
Capital de giro - Lei 4.131 Bacen	(347.551)	(347.551)	(143.865)	(143.865)
Debêntures (i)	(551.148)	(553.867)	(864.644)	(873.928)
Arrendamento mercantil financeiro (i)	(33.940)	(33.940)	(70.188)	(68.786)
Financiamentos - operações serviços financeiros (i)	(130.402)	(128.437)	(66.534)	(63.484)
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	(2.796)	(2.796)	2.878	2.878
Swaps	37.181	37.181	6.176	6.176
Total	(152.354)	(153.108)	(155.163)	(159.995)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.3.2 Consolidado

Ativos e passivos financeiros	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil
Caixa e equivalentes de caixa	944.671	944.671	1.059.873	1.059.873
Aplicações financeiras	439.693	439.693	82.360	82.360
Capital de giro - Lei 4.131 Bacen	(459.021)	(459.021)	(143.865)	(143.865)
Debêntures (i)	(551.148)	(553.867)	(864.644)	(873.928)
Arrendamento mercantil financeiro (i)	(33.940)	(33.940)	(70.188)	(68.786)
Financiamentos - operações serviços financeiros (i)	(848.571)	(851.586)	(757.446)	(697.505)
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	(3.656)	(3.656)	3.780	3.780
Swaps	39.833	39.833	6.176	6.176
Total	(472.139)	(477.873)	(683.954)	(631.895)

(i) A Companhia mensura para fins de divulgação, o valor justo das debêntures, arrendamento mercantil financeiro e financiamentos – operações serviços financeiros.

Nível 2 - Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

24.4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. A Companhia tem utilizado como instrumento de *hedge* para sua exposição às volatilidades do câmbio de moeda estrangeira, contratos de compra de dólar futuro do tipo *Non-Deliverable Forward (NDF)* e *swap*.

As informações sobre as operações com derivativos estão segregadas entre designados para *hedge accounting* (*hedge* de fluxo de caixa) e não designados para *hedge accounting*. Demonstramos abaixo a composição dos derivativos:

Descrição Derivativos	Categoria	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
NDF (Pedidos)	Designado p/hedge	(2.796)	2.878	(3.656)	3.780
Swap de juros	Não designado p/hedge	1.087	1.747	1.087	1.747
Swap cambial	Não designado p/hedge	36.094	4.429	38.746	4.429
	Total	34.385	9.054	36.177	9.956
	Ativo circulante	10.210	5.822	10.860	6.917
	Passivo circulante	24.175	(8.108)	32.516	(8.301)
	Passivo não circulante	-	11.340	(7.199)	11.340
	Total	34.385	9.054	36.177	9.956

24.4.1 Derivativos designados para *hedge accounting*

24.4.1.1 NDF (Non-Deliverable Forward)

Instrumento de Hedge			Objeto de Hedge	
Vencimentos	Nocional (US\$)	(*) Valor justo	Operação	Vencimentos Estimados
De 01/01/19 a 31/08/19	176.512	(2.796)	Pedido de Importações	De 01/01/19 a 31/08/19
Total Controladora	176.512	(2.796)		
De 01/01/19 a 30/06/19	20.339	(860)	Pedido de Importações	De 01/01/19 a 30/06/19
Total Consolidado	196.851	(3.656)		

(*) A metodologia de precificação de *Non-Deliverable Forward* é pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando projeções da "B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão".

Durante o exercício, as operações de *hedge* com NDF utilizadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação (*Non-Deliverable Forward*) foram efetivas e estão dentro dos níveis previstos pelo CPC 48/IFRS 9.

24.4.1.2 Fluxo de caixa

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os fluxos de caixa relacionados a pedidos de importações de mercadorias de revenda são reconhecidos inicialmente nos estoques e posteriormente registrados no resultado como custo de mercadorias vendidas, à medida da realização dos estoques, conforme giro normal das operações. A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa previsto dos pedidos de importações de operações futuras expostas à moeda estrangeira com derivativos de proteção, considerando como referência o dólar esperado para a próxima divulgação que é de R\$ 3,8954:

	1T19	2T19	3T19	Total
Pedidos de importação de mercadoria de revenda	391.905	254.151	120.757	766.813
Valor Nocial US\$ mil	100.607	65.244	31.000	196.851

24.4.2 Derivativos não designados para hedge accounting

24.4.2.1 Swaps

Tipo	Vencimento	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Nocial	Nota	Valor a receber (pagar)	
						31/12/2018	31/12/2017
Swap de juros	2017-2019	IPCA + 5,7% a.a.	98,7% CDI	R\$ 31.838	17.2	1.087	1.747
Swap cambial	Ago/2019	US\$ + 2,61% a.a.	103% CDI	US\$ 43.550	17.2	29.240	4.429
Swap cambial	Jun/2019	US\$ + 4,41% a.a.	100,9% CDI	US\$ 45.000	17.2	6.854	-
Total - Controladora						37.181	6.176
Swap cambial	Jan/2019	US\$ + 2,43% a.a.	103,9% CDI	US\$ 10.779	17.2	6.566	-
Swap cambial	Dez/2019	US\$ + 3,31% a.a.	102,5% CDI	US\$ 9.100	17.2	(629)	-
Swap cambial	Abr/2019	US\$ + 3,16% a.a.	100,9% CDI	US\$ 8.803	17.2	3.914	-
Swap cambial	Ago/2020	US\$ + 4,67% a.a.	101,8% CDI	US\$ 33.000	18.1	(7.199)	-
Total - Consolidado						39.833	6.176

Os swaps estão apresentados junto ao saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 17.2) e financiamentos – operações serviços financeiros (nota explicativa nº 18.1), uma vez que atende os requerimentos previstos de divulgação do CPC 40/IFRS 7.

24.4.2.2 Movimentação dos swaps

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(20.320)	(23.891)
Liquidação de Principal	22.272	27.120
Pagamento de juros	5.721	5.721
Perda com valor justo	(1.497)	(2.774)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.176	6.176
Pagamento de juros	4.302	5.725
Ganho com valor justo	26.703	27.932
Saldo em 31 de dezembro de 2018	37.181	39.833

24.5 RISCO DE CRÉDITO

Os ratings dos derivativos estão de acordo com as principais agências de classificações de risco. Abaixo demonstramos o risco de crédito dos instrumentos financeiros derivativos ativos em 31 de dezembro de 2018 (contratos de compra a termo de moeda do tipo Non-Deliverable Forward - NDF), uma vez que os saldos de swaps estão demonstrados na nota explicativa do risco de liquidez nº 6.2:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Rating - Escala Nacional		
brAAA	56.076	12.965
(*) N/a	2.445	128
Total - Instrumento financeiro derivativo (ativo)	58.521	13.093

(*) Não aplicável, pois não consta classificação de rating na escala nacional.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	2.225	3.214	4.911	4.903
Obrigações com clientes (b)	22.281	18.317	44.857	40.749
Obrigações relacionadas às operações com seguros (c)	5.909	8.712	6.101	9.021
Repasse de operação de produtos financeiros (d)	16.928	14.616	-	-
Aquisição de créditos de ICMS (e)	19.008	12.929	19.693	12.929
Outras obrigações (f)	3.306	8.110	5.583	9.090
Total	69.657	65.898	81.145	76.692
Passivo circulante	68.421	63.673	79.383	74.252
Passivo não circulante	1.236	2.225	1.762	2.440
Total	69.657	65.898	81.145	76.692

- (a) Referem-se a antecipação de receita de convênio da folha de pagamento junto a instituição financeira e prêmio de incentivo do cartão bandeira.
- (b) Referem-se aos saldos a favor dos clientes, cujos créditos poderão ser utilizados como pagamento em compras na Companhia e mercadorias compradas em listas de noivas, mas ainda não entregues.
- (c) Adiantamentos relacionados a prêmios de seguro pagos pelos clientes para repasse à empresa seguradora.
- (d) Referem-se aos repasses do convênio de empréstimo pessoal e repasses de saldos de operações do Meu Cartão.
- (e) Referem-se aos saldos a pagar correspondentes a aquisição de créditos de ICMS.
- (f) Referem-se aos saldos a pagar correspondentes a *royalties*, empréstimo consignado em folha de pagamento, entre outros.

26 PARTES RELACIONADAS

A Controladora, as controladas e pessoas ligadas realizam operações entre si, relativas a aspectos financeiros, comerciais e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes:

26.1 CONTEXTO CONTROLADORA**26.1.1 Contratos de locação**

Em agosto de 2018, a Companhia atualizou os contratos de locação, por meio de aditivo, com a controlada Dromegon dos prédios das lojas do centro de Porto Alegre, de Santa Maria e de Pelotas. Os valores da locação desses imóveis ficaram estabelecidos em, respectivamente, 4,29%, 4% e 4% das vendas mensais brutas realizadas pelas lojas. Os referidos contratos de locação têm prazo de validade de 10 anos, sujeitos a renovação.

26.1.2 Contrato de prestação de serviço de concessão de empréstimos pessoais

A Companhia oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, através de sua controlada indireta, Realize CFI, proporcionando aos clientes Renner condições para obtenção de empréstimo pessoal. A Lojas Renner participa na operação com sua infraestrutura operacional, realizando serviços de correspondente bancário.

26.1.3 Utilização do Cartão Renner e do Meu Cartão na Camicado

Um dos principais geradores de sinergia identificados pela Administração no processo de integração da Camicado está na possibilidade de aceitação do Cartão Renner (CCR) e do Meu Cartão nas lojas da Camicado.

26.1.4 Acordo para rateio de custos e despesas corporativas

Como forma de otimizar a estrutura corporativa colocada à disposição da gestão dos negócios, a Lojas Renner e suas controladas tem celebrado entre si convênios de compartilhamento de estruturas, focados principalmente no compartilhamento das estruturas de *back-office* e corporativa.

26.1.5 Intermediação de importação

A Controladora efetua operações comerciais com sua controlada LRS, que atua como intermediadora de importações. Tal operação está em linha com a estratégia da Companhia de maior aproximação e desenvolvimento da sua base de fornecedores internacionais. A receita de comissão de intermediação foi praticada a preço compatível com as condições de mercado.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.1.6 Exportação de mercadorias e serviços

A Controladora efetua operações comerciais com sua controlada LRU relacionadas a exportação de mercadorias com o objetivo de formação de estoques para fazer frente às operações de varejo naquele país. Além disto, a controladora também realiza a exportação de serviços para esta subsidiária, como parte do acordo de compartilhamento de despesas corporativas. Todas as operações comerciais realizadas com a controlada são precificadas considerando as condições de mercado.

26.2 CONTEXTO CONSOLIDADO**26.2.1 Acordos ou outras obrigações relevantes entre a Companhia e seus administradores**

Conforme Capítulo IV, art. 13 do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. A investidura desses Administradores no cargo faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração em exercício serão considerados automaticamente indicados para reeleição por proposta conjunta dos membros do Conselho de Administração.

A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, tem prazo de mandato de 2 anos, permitida a reeleição e estão vinculadas por meio de um contrato de prestação de serviços, cuja remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e uma variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia.

Em 19 de abril de 2018, em reunião do Conselho de Administração, foi eleita a Diretoria da Companhia, com mandato que se iniciou naquela data, e que se encerrará na data da Assembleia Geral Ordinária do ano de 2020.

26.2.2 Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a “Administração”)

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Pessoas.

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de abril de 2018 aprovou o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 44.000 (quarenta e quatro milhões) para o exercício social de 2018. Tal valor é composto por verbas que incluem a remuneração fixa dos administradores, a remuneração variável, onde soma-se além das participações em reuniões, a participação estatutária (art. 34 do Estatuto Social e parágrafo 1º do art. 152 da Lei 6.404/76) e por fim, as despesas com os planos de opção de compra de ações e ações restritas (notas explicativas nº 30 e 31).

Demonstramos abaixo o resumo dos montantes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Remuneração dos administradores	(11.296)	(11.424)	(12.119)	(12.215)
Participação dos administradores	(8.295)	(10.551)	(8.295)	(10.551)
Plano de ação de opções de ações	(9.501)	(15.233)	(9.501)	(15.233)
Plano de ações restritas	(3.530)	(3.012)	(3.530)	(3.012)
Total	(32.622)	(40.220)	(33.445)	(41.011)

O montante global de remuneração dos administradores é impactado pela apuração de indicadores operacionais e financeiros que são refletidos nos resultados da Companhia.

26.3 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**26.3.1 Política Contábil**

As operações entre as controladas da Companhia, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pela Controladora.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.3.2 Saldos com empresas ligadas

Os principais saldos de ativos e passivos bem como os valores das transações registrados no resultado do período relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais e usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão sumariadas a seguir:

	RACC	Dromegon	Camicado	Youcom	LRS	Realize Participações S.A.	LRU	Realize CFI	Total
Operações Ativo (Passivo)									
Contas a receber									
Exportação de mercadorias para revenda	-	-	-	-	-	-	13.293	-	13.293
Operações com cartão bandeira (Meu Cartão)	-	-	-	-	-	-	-	228.724	228.724
Crédito com partes relacionadas									
Compartilhamento de despesas	-	-	795	257	7.170	4	155	21.596	29.977
Débito com partes relacionadas									
Compartilhamento de despesas	(92)	6	-	-	(26)	-	-	(18)	(130)
Aluguéis a pagar	-	(1.087)	(54)	-	-	-	-	-	(1.141)
Obrigações com administradoras de cartões									
Operações com cartão bandeira (Meu Cartão)	(1.404)	-	-	-	-	-	-	(16.951)	(18.355)
Outras obrigações									
Operações com Cartão de Crédito Renner (Private Label)	-	-	(16.326)	-	-	-	-	-	(16.326)
Operações com empréstimo pessoal	-	-	-	-	-	-	-	(602)	(602)
Total - Em 31 de dezembro de 2018	(1.496)	(1.081)	(15.585)	257	7.144	4	13.448	232.749	235.440
Contas a receber									
Exportação de mercadorias para revenda	-	-	-	-	-	-	9.153	-	9.153
Operações com cartão bandeira (Meu Cartão)	-	-	-	-	-	-	-	178.711	178.711
Crédito com partes relacionadas									
Compartilhamento de despesas	-	-	395	970	6.167	1	78	7.319	14.930
Passivo a descoberto	-	-	-	-	(2.419)	-	-	-	(2.419)
Outros ativos									
Operações com empréstimo pessoal	-	-	-	-	-	-	-	638	638
Débito com partes relacionadas									
Operações com empréstimo pessoal	(2.513)	-	-	-	-	-	-	-	(2.513)
Compartilhamento de despesas	-	5	-	-	(40)	-	-	11	(24)
Aluguéis a pagar	-	(1.090)	(116)	-	-	-	-	-	(1.206)
Obrigações com administradoras de cartões									
Operações com cartão bandeira	(26.040)	-	-	-	-	-	-	(12.591)	(38.631)
Outras obrigações									
Operações com Cartão de crédito Renner (Private Label)	-	-	(14.616)	-	-	-	-	-	(14.616)
Total - Em 31 de dezembro 2017	(28.553)	(1.085)	(14.337)	970	3.708	1	9.231	174.088	144.023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.3.3 Transações com empresas ligadas

							31/12/2018
Natureza da receita (despesa)	RACC	Dromegon	Camicado	Youcom	LRS	LRU	Realize CFI
Rateio de despesas corporativas	(629)	72	4.137	4.505	1.718	-	16.277
Comissão de intermediação	-	-	-	-	(13.223)	-	-
Despesa c/ aluguéis de imóveis	-	(7.232)	-	-	-	-	-
Receita c/ prestação de serviços	-	-	-	-	-	1.920	16.188
Exportação de mercadorias	-	-	-	-	-	42.124	-
Total	(629)	(7.160)	4.137	4.505	(11.505)	44.044	32.465

							31/12/2017
Natureza da receita (despesa)	RACC	Dromegon	Camicado	Youcom	LRS	LRU	Realize CFI
Rateio de despesas corporativas	29.435	64	3.555	3.914	1.310	-	7.582
Comissão de intermediação	-	-	-	-	(6.427)	-	-
Despesa c/ aluguéis de imóveis	-	(7.169)	-	-	-	-	-
Receita c/ prestação de serviços	-	-	-	-	-	1.680	7.359
Venda de Imobilizado e Intangível	-	-	-	-	-	-	4.493
Exportação de mercadorias	-	-	-	-	-	15.296	-
Rendimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	1.383
Total	29.435	(7.105)	3.555	3.914	(5.117)	16.976	20.817

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**27.1 CAPITAL SOCIAL**

O limite do capital autorizado da Companhia é de 1.237.500.000 (um bilhão, duzentas e trinta e sete milhões e quinhentas mil) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no Estatuto, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

De acordo com o art. 40 do Estatuto Social da Companhia, qualquer pessoa ou Grupo de Acionistas que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia (Acionista Comprador) em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações emitidas deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição, realizar uma Oferta Pública (OPA) para aquisição da totalidade das ações, observando disposições da regulamentação da CVM, dos regulamentos da B3 e do Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, nenhum acionista detém, individualmente, participação acionária igual ou superior a 20%.

A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, bem como o direito a participar da destinação dos lucros, na forma de dividendos, propostos em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e de acordo com os artigos 190 e 202 da Lei 6.404/76, que estabelecem um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

27.1.1 Demonstração da evolução do capital social e das ações integralizadas

	Quant. de ações (mil)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	643.551	1.178.368
Aumento de capital, RCA de 17/05, 17/08 e 16/11	5.329	60.678
Incorporação reserva de capital	-	237.849
Bonificação de ações (Incorporação reservas de lucros)	64.355	1.080.001
Saldo em 31 de dezembro de 2017	713.235	2.556.896
Aumento de capital, RCA de 21/05, 16/08 e 21/11	6.789	80.577
Saldo em 31 de dezembro de 2018	720.024	2.637.473

27.2 AÇÕES EM TESOURARIA

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de ações em tesouraria é de R\$ 44.536 (R\$ 27.857 em 31 de dezembro de 2017) correspondente a 2.085.400 (dois milhões e oitenta e cinco mil e quatrocentas) ações ordinárias a um custo médio ponderado de R\$ 21,36 (R\$ 18,58 em 31 de dezembro de 2017).

27.2.1 Movimentação das ações em tesouraria

	Quantidade (mil)	Valor	Preço médio
Saldo em 1º de janeiro de 2017	1.100	19.021	17,29
Recompra de ações	399	8.836	22,15
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.499	27.857	18,58
Recompra de ações	600	16.988	28,31
Alienação de ações	(14)	(309)	21,36
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.085	44.536	21,36

27.3 RESERVAS DE CAPITAL**27.3.1 Reserva de plano de opção de compra de ações e ações restritas**

Referem-se à contrapartida das despesas do plano de opção de compra de ações e ações restritas, conforme descrito nas notas explicativas nº 30 e nº 31. A destinação das reservas de capital depende de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas (AGE). O saldo em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R\$ 124.093 (R\$ 94.285 em 31 de dezembro de 2017).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.4 RESERVAS DE LUCROS

27.4.1 Reserva legal

Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 34, item (a) do Estatuto Social da Companhia, é constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício. O saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 87.641 (R\$ 36.634 em 31 de dezembro de 2017).

27.4.2 Reserva para investimento e expansão

Esta reserva é constituída conforme destinação deliberada pelos órgãos da Administração, para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia, conforme previsto no art. 34, item (c) do Estatuto Social da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 946.514 (R\$ 439.472 em 31 de dezembro de 2017).

27.4.3 Reserva de incentivos fiscais

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido, com seus respectivos impactos no resultado, tendo auferido, no exercício de 2018, o montante de R\$ 32.871 na Controladora. A Administração da Companhia, tendo em vista a publicação da Lei Complementar 160/17 e em conformidade com a Lei 6.404/76, destinou esses incentivos como reserva de incentivos fiscais. O saldo da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 56.540 (R\$ 23.669 em 31 de dezembro de 2017).

27.4.4 Dividendo adicional proposto

Refere-se aos dividendos propostos adicionalmente ao mínimo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo é de R\$ 144.639.

27.5 OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São apresentados como outros resultados abrangentes os ajustes acumulados de conversão e os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos como ajustes de avaliação patrimonial. O montante dos ajustes registrados representa um saldo acumulado de ganho, líquido dos impostos, no montante de R\$ 2.148 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 4.100 de ganho, líquido de impostos em 31 de dezembro de 2017).

28 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

28.1 POLÍTICA CONTÁBIL

O Estatuto da Companhia e a legislação societária preveem que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado (nota explicativa nº 13.5).

28.2 DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Administração da Companhia propôs, em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de janeiro de 2019, a distribuição de 40% do lucro líquido gerado no exercício de 2018, complementando em R\$ 144.639, a título de dividendos, montante já deliberado na forma de juros sobre capital próprio ao longo do exercício. A distribuição dos dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2019. A soma dos juros sobre capital próprio acrescido dos dividendos, totalizando 40% do lucro líquido gerado no exercício, atende ao disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76 e art. 36 do Estatuto Social da Companhia.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os dividendos e os juros sobre capital próprio foram calculados e distribuídos como segue:

Base de cálculo dos dividendos e JSCP ajustada

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.020.136	732.679
(-) Reserva legal	(51.007)	(36.634)
(-) Reserva Incentivos Fiscais	(32.871)	(23.669)
Lucro líquido do exercício ajustado	936.258	672.376
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	234.064	168.094
Valor adicional ao mínimo na forma de JSCP	-	28.837
Dividendo adicional proposto (sem dividendo prescrito)	173.990	96.141
Total dos juros sobre o capital próprio e dividendos	408.054	293.072
Percentual distribuído sobre o lucro líquido do exercício	40%	40%

Composição da distribuição:

	2018	2017
Distribuído na forma de JSCP	225.673	196.931
(-) IRRF sobre os juros sobre capital próprio	(29.566)	(27.367)
Complemento (excedente) dividendo mínimo obrigatório	37.957	(1.470)
Total dividendo mínimo obrigatório	234.064	168.094
Dividendo adicional proposto (sem dividendo prescrito)	144.424	96.141
(+) IRRF sobre os juros sobre capital próprio	29.566	27.367
(+) Excedente de dividendo mínimo obrigatório	-	1.470
Total valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	173.990	124.978
Total distribuído aos acionistas	408.054	293.072

Apresentamos abaixo, o demonstrativo da proposta de distribuição dos juros sobre capital próprio e dividendos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Período	Natureza	Pagamento	(*) Ações em circulação (mil)	R\$/ação	31/12/2018
1T18	JSCP - RCA 15/03/2018	Abril/19	711.735	0,072964	51.931
2T18	JSCP - RCA 19/06/2018	Abril/19	714.575	0,073243	52.338
3T18	JSCP - RCA 19/09/2018	Abril/19	715.881	0,079685	57.045
4T18	JSCP - RCA 19/12/2018	Abril/19	717.939	0,089644	64.359
4T18	Dividendos - RCA 17/01/2019	Abril/19	717.939	0,254034	182.381
4T18	Dividendos prescritos - RCA 17/01/2019	Abril/19	717.939	0,000299	215
			Total	0,569869	408.269

Período	Natureza	Pagamento	(*) Ações em circulação (mil)	R\$/ação	31/12/2017
1T17	JSCP - RCA 16/03/2017	Abril/18	642.187	0,074760	48.010
2T17	JSCP - RCA 20/06/2017	Abril/18	709.646	0,064743	45.945
3T17	JSCP - RCA 19/09/2017	Abril/18	711.486	0,070408	50.094
4T17	JSCP - RCA 14/12/2017	Abril/18	711.736	0,074300	52.882
4T17	Dividendos - RCA 19/04/2018	Abril/18	711.736	0,135080	96.141
4T17	Dividendos prescritos - RCA 19/04/2018	Abril/18	711.736	0,000149	106
			Total	0,419440	293.178

(*) A quantidade de ações em circulação está desconsiderando as ações em tesouraria.

Em adição à parcela de 40% do lucro líquido do exercício de R\$ 408.054 (R\$ 293.072 em 31 de dezembro de 2017), estão sendo destinados também R\$ 215 (R\$ 106 em 31 de dezembro de 2017) referentes a redistribuição de dividendos prescritos, ajustados à conta de lucros acumulados.

29 LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente, é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Numerador básico/diluído

Lucro líquido do exercício

Média ponderada de ações ordinárias

Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções

Lucro líquido básico por ação - R\$**Lucro líquido diluído por ação - R\$****Controladora e Consolidado**

2018	2017
1.020.136	732.679
723.217	688.745
5.307	8.413
1,4106	1,0638
1,4003	1,0510

30 PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES**30.1 POLÍTICA CONTÁBIL**

A Companhia aprovou um plano de opção de compra de ações para administradores e executivos selecionados, ofertando a eles a possibilidade de adquirir ações da Companhia na forma e condições descritas no plano. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo *Black&Scholes*. A despesa é registrada em uma base "*pro rata temporis*", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Atualmente, a Companhia mantém dois planos de opção de compra de ações com um total de seis programas e duas outorgas contratuais em andamento. Segue abaixo o detalhamento das características dos planos de opção de compra de ações:

30.2 1º PLANO (PROGRAMAS DE 2005 ATÉ 2015 E OUTORGAS CONTRATUAIS)

Todas as outorgas de opções de compra de ações realizadas até 2015 estão sob a vigência do plano de opção de compra de ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, realizada no dia 25 de maio de 2005, e alterado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas, realizadas nos dias 10 de abril de 2007 e 30 de março de 2009. Os programas preveem que cinquenta por cento das opções tornar-se-ão exercíveis após o decurso de três anos (1ª *tranche*) de sua respectiva outorga, e o restante (2ª *tranche*), após o decurso de quatro anos (considerando apenas as opções objeto de uma mesma outorga).

Em 05 de março de 2014, foi aprovada uma outorga contratual de opções do Diretor Presidente, a qual prevê que o exercício das opções estará sujeito a um prazo de carência total de seis anos contados da data de outorga e a partir do segundo e do terceiro aniversário da data de outorga, será permitido o exercício antecipado de uma parcela de 30% das opções em cada aniversário, sendo que o saldo de 40% poderá ser exercido a partir do último trimestre do quarto ano a contar da data da assinatura do contrato, e desde que atingida uma meta de valorização da Companhia através do indicador *Total Shareholder Return* (TSR), estabelecida pelo Conselho de Administração.

30.3 2º PLANO (PROGRAMAS DE 2016 ATÉ 2018 E OUTORGA CONTRATUAL)

Em 23 de setembro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas um novo plano de opção de compra de ações. Cada programa terá quatro *tranches*, sendo que 25% tornar-se-ão exercíveis após o decurso de um ano e assim sucessivamente. Em 9 de fevereiro de 2017, foi aprovada uma outorga contratual de opções ao Diretor Presidente, a qual prevê as mesmas condições das outorgas do 2º Plano de Opções de Compra de Ações.

30.4 CARACTERÍSTICAS EM COMUM PARA OS PLANOS

Ambos os planos preveem a supervisão do Comitê de Pessoas ("Comitê"), criado em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, o qual é composto por membros independentes do Conselho de Administração ("Conselho"). Os membros do Comitê não poderão ser beneficiados das opções de compra de ações. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário (Administradores e Executivos selecionados) poderá exercê-la a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, até o término do prazo de 6 (seis) anos contados da data de outorga de tal opção. Os planos preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante.

No caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos art. 39, 40, 41 e 42 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se qualquer desses casos resultarem em desligamento sem justa causa de participante do plano por iniciativa da Companhia, todas as opções outorgadas ao respectivo participante e que ainda não sejam passíveis de exercício tornar-se-ão automaticamente exercíveis, condição esta restrita ao desligamento que ocorrer em até 12 meses no caso do plano aprovado em 2015.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.5 POSIÇÃO DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Outorgas	Valor de Exercício	Data da Outorga	Carência 1ª tranche	Carência 2ª tranche	Carência 3ª tranche	Carência 4ª tranche	Posição das Outorgas (Quant.)	
							Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
9º outorga	14,19	22/02/2013	22/02/2016	21/02/2017	-	-	-	240
10º outorga	10,21	19/02/2014	18/02/2017	18/02/2018	-	-	201	1.902
Outorga contratual	10,16	05/03/2014	04/03/2016	04/03/2017	30/09/2017	-	713	3.312
11º outorga	13,25	12/02/2015	11/02/2018	11/02/2019	-	-	1.611	3.168
11º outorga compl.	15,83	16/04/2015	15/04/2018	15/04/2019	-	-	14	28
						Subtotal - 1º Plano	2.539	8.650
1º outorga	15,40	04/02/2016	03/02/2017	03/02/2018	03/02/2019	03/02/2020	1.076	1.725
2º outorga	21,71	09/02/2017	09/02/2018	09/02/2019	09/02/2020	08/02/2021	1.086	1.521
Outorga contratual	21,71	09/02/2017	09/02/2018	09/02/2019	09/02/2020	08/02/2021	1.564	1.564
3º outorga	36,21	08/02/2018	08/02/2019	08/02/2020	07/02/2021	07/02/2022	1.011	-
						Subtotal - 2º Plano	4.737	4.810
						Total	7.276	13.460

O preço de fechamento da ação da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 42,40 (R\$ 35,49 em 31 de dezembro de 2017).

Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, existiam 7.276 mil opções *in the Money*. Demonstramos a seguir os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor do Patrimônio Líquido	3.954.512	3.223.446
Quantidade de ações – mil	720.024	713.235
Valor patrimonial da ação – R\$	5,49	4,52
Valor do Patrimônio Líquido, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	4.096.086	3.415.881
Quantidade de ações, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	727.300	726.695
Valor patrimonial da ação, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	5,63	4,70
% de redução na participação societária dos atuais acionistas, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	1,01%	1,89%

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.6 PREMISSAS PARA MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO DAS OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de Black&Scholes. Para determinação do valor justo, a Companhia utilizou premissas como:

- (a) Valor de exercício da opção: corresponde a taxa média ponderada dos últimos trinta pregões das ações da Lojas Renner S.A. antes da data da outorga.
- (b) Volatilidade do preço das ações da Companhia: corresponde a ponderação do histórico de negociações das ações da Companhia.
- (c) Taxa de juros livre de risco: a Companhia utilizou o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) disponível na data da outorga e projetado para o prazo máximo de carência da opção.
- (d) Dividendo esperado: esse percentual corresponde ao pagamento de dividendos por ação em relação ao valor de mercado da ação da Companhia na data da outorga.
- (e) Prazo do direito de aquisição: representa o limite máximo do prazo de vencimento para os beneficiários exercerem suas opções.

30.7 MOVIMENTAÇÃO DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES**Saldo em 1º de janeiro de 2017**

Opções outorgadas
Opções exercidas
Opções canceladas
Efeito da bonificação de ações - AGE 03/05/2017

Saldo em 31 de dezembro de 2017

Opções outorgadas
Opções exercidas
Opções canceladas

Saldo em 31 de dezembro de 2018

Quantidade (em milhares)
14.486
2.816
(5.329)
(229)
1.716
13.460
1.178
(6.789)
(573)
7.276

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a despesa com plano de opção de compra de ações totalizou R\$ 20.498 (R\$ 27.638 em 31 de dezembro de 2017) na Controladora e no Consolidado.

31 PLANO DE AÇÕES RESTRITAS**31.1 POLÍTICA CONTÁBIL**

A Companhia aprovou um plano de ações restritas para administradores e executivos selecionados da Companhia ofertando a eles as ações restritas na forma e condições descritas no plano. A despesa é registrada em uma base "pro rata temporis" que se inicia na data da outorga, até a data em que a Companhia transfere o direito das ações ao beneficiário. A despesa corresponde a quantidade de ações concedidas multiplicadas pelo valor da ação na data da outorga. A provisão dos encargos sociais é atualizada mensalmente de acordo com o valor de fechamento da ação da Companhia.

Em 23 de setembro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas um Plano de Ações Restritas. O plano é administrado pelo Comitê de Pessoas da Companhia ("Comitê"), criado em conformidade com o Estatuto Social, o qual é composto por membros independentes do Conselho de Administração ("Conselho"). O plano prevê que os membros do Comitê e do Conselho não serão elegíveis às Ações Restritas objeto do plano.

31.2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE AÇÕES RESTRITAS

Para fins deste plano, o Conselho de Administração poderá, mediante prévia recomendação do Comitê, outorgar um número de ações ordinárias, nominativas e escriturais de emissão da Companhia, não excedente a 1% da totalidade de ações emitidas. As ações restritas a serem outorgadas aos participantes serão aquelas que estiverem em tesouraria da Companhia.

As opções de ações restritas serão outorgadas periodicamente em benefício de administradores e executivos da Companhia que ocupem cargos estratégicos para os negócios, assim identificados pelo Comitê. A transferência definitiva das ações restritas aos participantes estará condicionada ao cumprimento de um prazo de carência de três anos para cada outorga e, ao final do prazo de carência, o participante deverá estar com vínculo com a Companhia, caso contrário, as outorgas serão canceladas. Todas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

as ações restritas que ainda não tenham cumprido o prazo de carência, tornar-se-ão devidas e serão transferidas aos titulares, herdeiros ou sucessores em caso de falecimento, invalidez permanente ou aposentadoria.

No caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos art. 39, 40, 41 e 42 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se quaisquer desses casos resultarem em desligamento sem justa causa de participante do plano por iniciativa da Companhia, todas as ações restritas atribuídas ao respectivo participante e que ainda estejam dentro do exercício de carência, serão transferidas ao participante, por recomendação do Comitê e se aprovado pelo Conselho de Administração.

Em 9 de fevereiro de 2017 foi aprovado uma outorga contratual de ações restritas ao Diretor presidente em função da prorrogação do seu contrato. A outorga contratual possui as mesmas condições de exercício e carência das demais outorgas vigentes.

31.3 POSIÇÃO DO PLANO DE AÇÕES RESTRITAS

Outorgas	Data da Outorga	Carência 1ª tranche	Posição das Outorgas (Quant.)	
			31/12/2018	31/12/2017
1ª outorga	04/02/2016	03/02/2019	421	484
2ª outorga	09/02/2017	09/02/2020	369	292
Outorga contratual	09/02/2017	09/02/2020	292	425
3ª outorga	08/02/2018	07/02/2021	269	-
			1.351	1.201

31.4 MOVIMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES RESTRITAS

	Quant. (em milhares)
Saldo em 1º de janeiro de 2017	453
Opções outorgadas	654
Opções canceladas	(16)
Efeito bonificação de ações - AGE 03/05/2017	110
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.201
Opções outorgadas	317
Opções canceladas	(147)
Opções exercidas	(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.351

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a despesa com plano de ações restritas, incluindo principal e encargos sociais, totalizou R\$ 19.946 (R\$ 12.089 em 31 de dezembro de 2017).

32 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

32.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia, que é o Conselho de Administração, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais. As informações por segmento da Companhia estão segregadas em:

- Varejo:** comércio de artigos de vestuário (moda feminina, masculina e infantil), perfumaria, cosméticos, relógios, bem como o segmento de casa & decoração, abrangendo as operações da Renner, Camicado, Youcom e Ashua;
- Produtos financeiros:** concessão de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e a prática de operações ativas e passivas inerentes às companhias de crédito, tais como cartão bandeira, dentre outros.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	7.485.433	6.600.073	941.108	844.232	8.426.541	7.444.305
Custos das vendas	(3.257.398)	(2.922.882)	(27.119)	(22.031)	(3.284.517)	(2.944.913)
Lucro bruto	4.228.035	3.677.191	913.989	822.201	5.142.024	4.499.392
Vendas	(2.075.387)	(1.866.000)	-	-	(2.075.387)	(1.866.000)
Gerais e administrativas	(699.571)	(596.999)	-	-	(699.571)	(596.999)
Perdas em crédito, líquidas	-	-	(280.673)	(255.835)	(280.673)	(255.835)
Outros resultados operacionais	(29.190)	(69.958)	(283.886)	(234.771)	(313.076)	(304.729)
Resultado gerado pelos segmentos	1.423.887	1.144.234	349.430	331.595	1.773.317	1.475.829
Depreciação e Amortização	(301.643)	(314.169)	(12.931)	(14.882)	(314.574)	(329.051)
Plano de opção de compra de ações					(20.498)	(27.638)
Resultado da baixa e provisão para perdas em ativos fixos					(6.130)	(21.351)
Participação dos administradores					(8.294)	(10.551)
Resultado financeiro líquido					(53.628)	(83.101)
Imposto de renda e contribuição social					(350.057)	(271.458)
Lucro líquido do exercício					1.020.136	732.679

O resultado gerado pelos segmentos apresentado na tabela acima, não deduz as despesas com depreciações e amortizações, com o plano de opção de compra de ações e com o resultado da baixa de ativos. A exclusão destas despesas no cálculo do resultado dos segmentos está em linha com a forma como a Administração avalia o desempenho de cada negócio e sua contribuição na geração do caixa da Companhia. A Companhia não aloca o resultado financeiro por segmento, entendendo que a sua formação está mais relacionada às decisões corporativas de estrutura de capital, do que propriamente a natureza do resultado de cada segmento de negócio.

33 RECEITAS

33.1 POLÍTICA CONTÁBIL

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contratos de Clientes, que trata sobre a nova abordagem para o reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes. Esta norma estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação; e
- A reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e serviços.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente, conforme nota explicativa nº 8.1.

Venda de mercadorias – varejo: a Companhia opera com uma cadeia de pontos de venda para a comercialização de suas mercadorias. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro e cartão de débito, a prazo através de cartões de terceiros, cartão Renner, por financiamentos concedidos via convênio com instituições financeiras ou pela controlada indireta Realize CFI.

Vendas de produtos e serviços financeiros: a Companhia realiza operações de crédito próprio e oferta de empréstimos pessoais e financiamento de vendas via convênios com instituições financeiras. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos e para operações conveniadas, de acordo com a efetiva prestação dos serviços.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita operacional bruta	9.843.444	8.967.857	11.420.402	10.179.721
Vendas de mercadorias	9.450.968	8.506.308	10.420.645	9.264.109
Produtos e serviços financeiros	392.476	461.549	999.757	915.612
Deduções	(2.728.674)	(2.506.440)	(2.993.861)	(2.735.416)
Devoluções e Cancelamentos	(590.848)	(542.839)	(633.807)	(576.443)
Impostos sobre vendas de mercadorias	(2.113.351)	(1.935.579)	(2.301.405)	(2.087.593)
Impostos sobre produtos e serviços financeiros	(24.475)	(28.022)	(58.649)	(71.380)
Receita operacional líquida	7.114.770	6.461.417	8.426.541	7.444.305

De acordo com a política de devoluções da Companhia, o cliente recebe no ato da devolução um bônus vale-troca do mesmo valor da mercadoria devolvida para posterior utilização em uma nova compra.

34 DESPESAS POR NATUREZA

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza.

34.1 DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Pessoal	(689.123)	(647.842)	(799.897)	(735.586)
Ocupação	(474.232)	(439.453)	(566.832)	(512.954)
Serviços de terceiros	(69.505)	(55.473)	(81.395)	(64.571)
Utilidades e serviços	(197.243)	(185.106)	(219.214)	(201.443)
Promoções	(176.494)	(152.295)	(205.841)	(171.086)
Depreciação e amortização	(155.550)	(174.840)	(181.220)	(195.899)
Outras despesas	(172.649)	(158.261)	(202.208)	(180.360)
	(1.934.796)	(1.813.270)	(2.256.607)	(2.061.899)

34.2 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Pessoal	(310.993)	(262.035)	(336.607)	(281.382)
Ocupação	(30.321)	(30.647)	(35.189)	(34.296)
Serviços de terceiros	(191.672)	(166.302)	(218.001)	(185.175)
Utilidades e serviços	(49.775)	(47.252)	(54.560)	(51.585)
Depreciação e amortização	(109.705)	(111.783)	(120.423)	(118.270)
Outras despesas	(39.633)	(33.485)	(55.214)	(44.561)
	(732.099)	(651.504)	(819.994)	(715.269)

34.3 OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com produtos e serviços financeiros	(145.368)	(112.730)	(283.062)	(233.865)
Depreciação e amortização	(10.512)	(13.385)	(12.931)	(14.882)
Resultado da baixa de ativos fixos	(2.822)	(18.006)	(6.130)	(21.351)
Plano de opção de compra de ações	(20.498)	(27.638)	(20.498)	(27.638)
Participação dos administradores	(8.294)	(10.551)	(8.294)	(10.551)
Outros resultados operacionais	(1.778)	(4.398)	(6.951)	(6.719)
Recuperação de créditos fiscais	32.167	6.804	36.773	13.501
Participação empregados	(59.244)	(72.696)	(59.836)	(77.646)
	(216.349)	(252.600)	(360.929)	(379.151)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras	37.708	52.291	49.164	59.058
Rendimentos de equivalentes de caixa	28.646	50.685	31.291	53.996
Variação cambial ativa	348	345	7.079	3.722
Juros SELIC sobre créditos tributários	7.857	67	9.824	97
Outras receitas financeiras	857	1.194	970	1.243
Despesas financeiras	(91.556)	(132.896)	(102.792)	(142.159)
Juros de empréstimos, financiamentos e swap	(76.102)	(117.682)	(81.525)	(120.703)
Perda com operações de hedge liquidadas	-	(3.840)	-	(3.840)
Variação cambial passiva	(365)	(501)	(3.666)	(3.407)
Juros passivos	(5.978)	(682)	(7.384)	(896)
Outras despesas financeiras	(9.111)	(10.191)	(10.217)	(13.313)
Resultado financeiro líquido	(53.848)	(80.605)	(53.628)	(83.101)

36 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros contratados junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Responsabilidade Civil e D&O	98.200	98.200
Patrimônio e Estoque	4.356.319	3.942.960
Veículos	20.276	22.850
	4.474.795	4.064.010

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

37 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

37.1 CONTROLADORA

Saldo em 1º de janeiro de 2017

Alterações de caixa

Recebimento (pagamento) de atividades de financiamento

Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e arrendamento

Participação dos administradores

Alterações que não afetam caixa

Despesas de juros e custos de estruturação

Incorporação de reservas de capital

Aumento bonificação de ações

Distribuição JSCP, dividendos e participação administradores

Saldo em 31 de dezembro de 2017

Alterações de caixa

Recebimento (pagamento) de atividades de financiamento

Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e arrendamento

Participação dos administradores

Alterações que não afetam caixa

Alienação/transferência de ações

Despesas de juros e custos de estruturação

Distribuição JSCP e dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2018

Capital social	Ações em tesouraria	Arrendamento financeiro	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Obrigações estatutárias	Total
1.178.368	(19.021)	72.018	962.369	156.679	2.350.413
60.678	(8.836)	(11.466)	13.440	(260.071)	(206.255)
60.678	(8.836)	(8.283)	110.978	(253.337)	(98.800)
-	-	(3.183)	(97.538)	-	(100.721)
-	-	-	-	(6.734)	(6.734)
1.317.850	-	8.234	111.555	284.325	1.721.964
-	-	8.234	111.555	-	119.789
237.849	-	-	-	-	237.849
1.080.001	-	-	-	-	1.080.001
-	-	-	-	284.325	284.325
2.556.896	(27.857)	68.786	1.087.364	180.933	3.866.122
80.577	(16.988)	(42.865)	(249.534)	(290.177)	(518.987)
80.577	(16.988)	(38.665)	(166.996)	(287.651)	(429.723)
-	-	(4.200)	(82.538)	-	(86.738)
-	-	-	-	(2.526)	(2.526)
-	309	8.019	68.895	352.239	429.462
-	309	-	-	-	309
-	-	8.019	68.895	-	76.914
-	-	-	-	352.239	352.239
2.637.473	(44.536)	33.940	906.725	242.995	3.776.597

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

LOJAS RENNER S.A.



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

37.2 CONSOLIDADO

	Capital social	Ações em tesouraria	Arrendamento financeiro	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Obrigações estatutárias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	1.178.368	(19.021)	72.018	1.008.267	156.679	2.396.311
Alterações de caixa	60.678	(8.836)	(11.466)	(18.318)	(260.071)	(238.013)
Recebimento (pagamento) de atividades de financiamento	60.678	(8.836)	(8.283)	80.546	(253.337)	(129.232)
Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e arrendamento	-	-	(3.183)	(98.864)	-	(102.047)
Participação dos administradores	-	-	-	-	(6.734)	(6.734)
Alterações que não afetam caixa	1.317.850	-	8.234	114.576	284.325	1.724.985
Despesas de juros e custas de estruturação	-	-	8.234	114.576	-	122.810
Incorporação de reservas de capital	237.849	-	-	-	-	237.849
Aumento bonificação de ações	1.080.001	-	-	-	-	1.080.001
Distribuição JSCP, dividendos e participação administradores	-	-	-	-	284.325	284.325
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.556.896	(27.857)	68.786	1.104.525	180.933	3.883.283
Alterações de caixa	80.577	(16.988)	(42.865)	(140.781)	(290.177)	(410.234)
Recebimento (pagamento) de atividades de financiamento	80.577	(16.988)	(38.665)	(54.787)	(287.651)	(317.514)
Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e arrendamento	-	-	(4.200)	(85.994)	-	(90.194)
Participação dos administradores	-	-	-	-	(2.526)	(2.526)
Alterações que não afetam caixa	-	309	8.019	74.318	352.239	434.885
Alienação/transferência de ações	-	309	-	-	-	309
Despesas de juros e custos de estruturação	-	-	8.019	74.318	-	82.337
Distribuição JSCP e dividendos	-	-	-	-	352.239	352.239
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.637.473	(44.536)	33.940	1.038.062	242.995	3.907.934